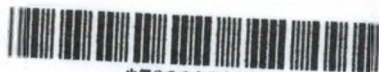


MC  
3739

Denio Sebastião Martins de Carvalho

BIBLIOTECA F.J.P.



\*70003739\*

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

A IMPORTÂNCIA DE MANTER O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA  
ÀS DROGAS E O JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, NA CONSTRUÇÃO DA  
CIDADANIA DE JOVENS NAS ESCOLAS QUE PARTICIPAM DOS PROGRAMAS NO  
MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG

**MC**  
**3739**

Belo Horizonte  
2013

Denio Sebastião Martins de Carvalho

A IMPORTÂNCIA DE MANTER O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA  
ÀS DROGAS E O JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, NA CONSTRUÇÃO DA  
CIDADANIA DE JOVENS NAS ESCOLAS QUE PARTICIPAM DOS PROGRAMAS NO  
MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG

Monografia apresentada à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, como requisito parcial para a aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP/2012.

Área de concentração: Segurança Pública

Orientador: Professor Doutor Vidigal de Andrade Vieira.

Belo Horizonte

2013

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**ATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE MONOGRAFIA**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de 2013, às 08h45min horas, no auditório Pau-Brasil, na Academia de Polícia Militar, presentes todos os membros da banca examinadora, foi realizada a apresentação pública da monografia intitulada "A IMPORTÂNCIA DE MANTER O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E O JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE JOVENS NAS ESCOLAS QUE PARTICIPAM DOS PROGRAMAS, NO MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG", elaborada pelo CAP PM DÊNIO SEBASTIÃO MARTINS DE CARVALHO como requisito para obtenção do título de pós-graduado do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP II/2012, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Academia de Polícia Militar. Após a apresentação do trabalho, o discente foi arguido pelos membros da Banca Examinadora, composta pelo orientador **PROFESSOR VIDIGAL DE ANDRADE VIEIRA** e pelas avaliadoras **MAJ PM HUDSON MATOS FERRAZ JUNIOR** e **PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE**.

Após reunião, a banca examinadora considerou que a monografia () preenche os requisitos exigidos (  ) não preenche os requisitos exigidos e decidiu por unanimidade pela aprovação, sendo atribuída a nota 9,60.

Este documento expressa o que ocorreu durante a avaliação e vai assinado pelos membros da Banca Examinadora.

**Orientador: PROFESSOR VIDIGAL DE ANDRADE VIEIRA**

Ass.: VIDIGAL DE ANDRADE VIEIRA

Titulação: Especialização (Doutor)

**Avaliador: MAJ PM HUDSON MATOS FERRAZ JUNIOR - DAOP**

Ass.: Ferraz, Maj PM

Titulação: Pós-graduado

**Avaliadora: PROFESSORA MARIA RUTH SIFFERT DINIZ TEIXEIRA LEITE – FJP**

Ass.: Ruth

Titulação: Mestrado em Administração Pública

Em memória de meu estimado, amado e querido pai, Odilon de Carvalho, que com sabedoria e alegria cumpriu brilhantemente sua missão. Seu exemplo de humildade, honestidade e dedicação à família e amor pelas pessoas jamais será esquecido por mim e por aqueles que com ele conviveram. Obrigado por tudo, meu inesquecível pai. Sua lembrança estará para sempre comigo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, proteção, saúde iluminação e paz.

À minha esposa, Maria Célia Marinho Dornelas Carvalho, e filha, Ariane Marinho Martins Dornelas e Carvalho, pela paciência e compreensão nas extensas horas dedicadas ao trabalho. Vocês constituem meu alicerce.

Aos meus irmãos e cunhadas que a todo o momento me apoiaram.

Aos médicos que com sabedoria e conhecimento cuidaram da minha enfermidade.

Aos policiais militares da 75ª Cia Esp PM que participaram das entrevistas.

Aos Diretores das Escolas de Carangola/MG. Ao meu orientador, Professor Doutor Vidigal de Andrade Vieira, pela amizade, profissionalismo, compreensão, dedicação, entusiasmo e incentivo na condução deste trabalho.

Aos Comandos da 4ª RPM, 47º BPM e 75ª Cia Esp PM, pela colaboração valiosa e imprescindível prestada no decorrer desta pesquisa.

A Professora Helena Schirm pelo apoio e colaboração neste trabalho.

Enfim, minha gratidão a todos aqueles que contribuíram para a execução desta pesquisa.

“Minha orientação terapêutica para os brasileiros é que preparemos as gerações atuais e vindouras para um Brasil que estamos para lhes deixar. A educação aprende com o passado, pratica o presente e presentifica o futuro”.

(Içami Tiba, 2012)

## RESUMO

O tema deste trabalho é a avaliação do Programa de Resistência às Drogas (PROERD) e do Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC), na construção da cidadania de jovens nas escolas que participam dos programas, no perímetro urbano do município de Carangola/MG. O objetivo Deste estudo foi verificar a importância de manter os programas na construção da cidadania de jovens nos estabelecimentos de ensino que participaram dos programas nos anos de 2010 e 2011. Trata-se de uma pesquisa exploratória, que teve como referencial teórico a abordagem sobre Socialização, Representações Sociais e Análise de Conteúdo, tendo sido realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e censitária, com realização de entrevistas semiestruturadas e individuais aplicadas às Diretoras das Escolas que realizaram os programas, com os Militares Instrutores e Orientador dos programas e com o Militar Comandante da 75ª Companhia Especial da Polícia Militar. Os materiais coletados e analisados, segundo a perspectiva sociocultural das Representações Sociais e da Análise de Conteúdo, sinalizam que os programas contribuíram para a construção da cidadania dos jovens e que constituem anteparos de prevenção e proteção contra comportamentos antissociais, contra a violência e contra as drogas no ambiente escolar, por terem proporcionado condições favoráveis ao entendimento na capacidade de intervenção dos jovens no protagonismo juvenil e na multiplicação de valores morais e éticos, além da utilização do diálogo na resolução de episódios de conflitos.

**Palavras-chave:** cidadania, comportamentos antissociais, socialização, PROERD, JCC.

## ABSTRACT

The theme of this work is the evaluation of the Resistance Against Drugs Program (PROERD – in Portuguese) and the Youngsters Building the Citizenship Program (JCC- in Portuguese) as well, which work in the construction of the youths' citizenship in the schools that participate in the programs, in the urban area of Carangola City/MG. The objective of the research was to verify the importance of maintaining the programs in the construction of the youths' citizenship in the schools that participated in the programs during the years of 2010 and 2011. It is an exploratory research, that had as theoretical reference, the approach on Socialization, Social Representations and Analysis of Content and a field research, of qualitative and census nature, with accomplishment of semi-structured and individual interviews applied to the Directors of the Schools that accomplished the programs, with the Military Instructors and Advisor of the Programs and with the Military Commander of the 75th Special Company of the Military Police. The collected and analyzed materials, according to the socio cultural perspective of Social Representations and of the Analysis of Content, are a signal that the programs contributed to the construction of the youths' citizenship and that they constitute prevention screens and protection against antisocial behaviors, violence and drugs in the school atmosphere, because they have provided favorable conditions to the understanding in the capacity of the youths' intervention, as juvenile protagonists and in the multiplication of moral and ethical values, besides the use of the dialogue in the resolution of episodes of conflicts.

**Keywords:** citizenship, antisocial behaviors, socialization, PROERD, JCC.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	10
2	O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA.....	15
2.1	A influência da família no processo de socialização e de construção da cidadania .....	19
2.2	A influência da escola no processo de socialização e de construção da cidadania .....	21
2.3	A PMMG no contexto social da escola, da socialização e de construção da cidadania .....	24
3	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....	29
4	ANÁLISE DE CONTEÚDO E INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS .....	36
5	PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E PROGRAMA JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA .....	40
5.1	Breve histórico e desenvolvimento do PROERD .....	40
5.2	Breve histórico e desenvolvimento do JCC .....	42
5.3	Localização e breve histórico de Carangola/MG .....	44
5.4	PROERD na cidade de Carangola/MG .....	45
5.5	JCC na cidade de Carangola/MG .....	46
6	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	47
7	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA .....	52
7.1	Caracterização dos elementos da pesquisa.....	52
7.2	Análise dos dados da pesquisa .....	54
8	CONCLUSÃO.....	71

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE “A” .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE “B” .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE “C” .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE “D” .....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Constitui-se tema desta pesquisa uma análise da importância de manter o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) e os Jovens Construindo a Cidadania (JCC) sob o enfoque da construção da cidadania dos jovens – subentendendo nesta pesquisa, “jovens”, como sendo criança<sup>1</sup> e adolescente<sup>2</sup>, nas escolas que participaram dos programas no município de Carangola/MG, nos anos de 2010 e 2011.

O cenário atual do Brasil mostra que há um envolvimento cada vez maior de jovens com a violência, com as drogas e com a criminalidade, fazendo-os atores principais, às vezes como vítimas e outras como perpetradores de ações delinquentiais e de comportamentos antissociais, interrompendo bruscamente um ciclo promissor e produtivo de suas vidas, refletindo os seus efeitos maléficos em toda a sociedade.

Observa-se na sociedade contemporânea, a precocidade e a exposição de jovens a situações que desencadeiam o aparecimento de comportamentos de risco e fatores desagregadores de uma conduta ética, sendo essa definida na correção de atitudes e de princípios norteadores da vida em comunidade. Segundo Ferreira, Lobosque e Pinto (2001, p. 83), “os atos contrários à lei, praticados por crianças e adolescentes, são cada vez mais comuns em nossas cidades [...]”.

Olivieri *et al.* (2006), afirmam que a quantidade de informações passadas pelos meios de comunicações tendem a banalizar o que vem ocorrendo no cotidiano, principalmente a violência, ocasionando acomodação por parte da sociedade brasileira, que não deve assistir à banalização da violência e a outros problemas que afetam a vida em comunidade e ficar esperando que esses problemas não se avolumem e nem que a solução apareça sem um mínimo de interferência,

Afirma Bauman (2001, p. 28), que “a liberdade não pode ser ganha contra a sociedade”. Sendo assim, é preciso que haja interação entre a sociedade e o cidadão para que as normas possam ser respeitadas e seguidas, pois afirma o autor que a anomia<sup>3</sup> é o pior que pode acontecer às pessoas. Também afirma que a companhia de outros indivíduos auxilia na

<sup>1</sup> Pessoa até doze anos de idade incompletos. (art. 2º, da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

<sup>2</sup> Pessoa entre doze e dezoito anos de idade. (art. 2º, da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

<sup>3</sup> Ausência de lei ou regra; anarquia. Estado da sociedade no qual os padrões normativos de conduta e crença têm enfraquecido ou desaparecido. Condição semelhante em um indivíduo, comumente caracterizada por desorientação pessoal, ansiedade e isolamento social. Perda da faculdade de dar nome aos objetos ou coisas ou de reconhecer e lembrar seus nomes. Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 21dez. 2012.

sobrevivência de uma vida cheia de riscos, e que estes riscos, se enfrentados solidariamente, combatem a solidão.

Souza (2005, p. 366) destaca que “a violência juvenil vem crescendo acima da proporção se comparada com outras faixas etárias”, fato este que serve de alerta para que a sociedade se organize e atue neste quadro apresentado, fazendo as intervenções necessárias para modificá-lo, a fim de que os objetivos esperados sejam alcançados.

Além disso, esses fatores e comportamentos são suscetíveis a influências externas, podendo ser modificados em qualquer momento da vida, existindo evidências de que, quanto mais cedo começarem as intervenções, maiores serão as possibilidades de êxito, pois segundo Bock, Furtado e Teixeira (2007, p. 361) “[...] a escola permite que a criança ‘humanize-se’, cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se [...]”.

Destaca-se em Giddens (1991, p. 45), que “todas as formas de vida social são parcialmente constituídas pelo conhecimento que os atores têm delas”, e que esta reflexividade da vida social moderna esta ligada às práticas sociais que são vivenciadas e, a partir daí, são examinadas e reformadas sobre estes acontecimentos, o que faz alterar essas práticas devido às novas descobertas, além de que toda essa modernidade produz o distanciamento das famílias, e também, o seu declínio. Os interesses das políticas de governo se fundem mais para as de cunho de uma economia capitalista, devido à busca pelo crescimento, o que se reflete em mais desigualdades globais.

Levy *et al.* (1994) afirmam que estamos inseridos numa sociedade que se apresenta com múltiplos e contraditórios ideais, que estamos divididos e angustiados, além de perdermos, a cada dia, nossa identificação e a partir daí as sociedades buscam redefinir, de forma coletiva e macro, identidades fortes, mesmo que elas se apresentem vazias e sem sentidos, o que se pode tornar um verdadeiro perigo, constituindo-se num primeiro passo para a renúncia de nossa identidade, o que afeta os núcleos tidos como micros, destacando-se a família, a escola, grupos de trabalhos e outros dos quais fazemos parte. Explicitam que um ser consistente tem dúvidas e que busca solução para as situações que se apresentam, visando a seu projeto existencial, que pode tomar caminhos transversais, mas ele conserva seu projeto existencial e sua tomada de consciência e faz advir o sujeito individual e o sujeito coletivo, evoluindo e enriquecendo sua história de vida.

Nesse sentido, o Estado, enquanto sujeito jurídico, é responsável em garantir o bem estar dos cidadãos, proporcionando-lhes condições para usufruírem com dignidade de suas vidas e terem seus direitos individuais e coletivos preservados. Assim, o Estado tem a obrigatoriedade de estabelecer políticas públicas voltadas para a garantia da segurança dos

cidadãos de modo a reduzir a sensação de medo da criminalidade, desenvolvendo ações de cunho preventivo e protetivo, de forma que possam evitar a perturbação da ordem e da segurança pública, assim como de preservar a integridade física, moral e social de seus membros.

Assim, a escola, local de socialização secundária, segundo Mota e Vasconcelos (2002), apresenta-se como um local propício para esta intervenção externa à família, podendo interferir de forma a modificar o quadro de comportamentos antissociais, de violência e de uso de drogas por jovens que frequentam este espaço.

Por outro lado, essas intervenções realizadas por programas que adotem a filosofia de Polícia Comunitária e ofertem anteparos de prevenção e proteção dentro de um ambiente escolar, influenciam os comportamentos dos jovens, pois este ambiente de aprendizagem agrega um conjunto de valores, crenças, conhecimentos e hábitos que possibilitam a estimulação de condutas de convivência social harmoniosa e pacífica, surgindo condições de crescimento humano voltadas para o bem estar, como assinalam Bock, Furtado e Teixeira (2007, p. 361), que “a escola apresenta-se, hoje, como uma das mais importantes instituições sociais por fazer, assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade [...]”.

Diante desta constatação vislumbra-se a necessidade da utilização de anteparos de proteção e prevenção à violência, a comportamentos antissociais e ao uso de drogas, disponibilizados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), sendo estes os programas PROERD e JCC e, neste contexto, percebe-se a importância de avaliar os esforços e as estratégias adotadas pela Organização Policial, como forma de contribuir para a construção da cidadania de jovens que estão inseridos no contexto do município de Carangola/MG.

Delimitou-se o tema da presente pesquisa nas Escolas que participaram dos programas PROERD e JCC, localizadas no perímetro urbano do município de Carangola/MG, sede da Septuagésima Quinta Companhia Especial de Polícia Militar (75ª Cia Esp PM), tomando como base os anos de 2010 e 2011, com ênfase na abordagem dos assuntos como a construção da cidadania e a prevenção aos comportamentos antissociais. O foco da pesquisa com a análise da importância de manter os programas PROERD e JCC como anteparos de auxílio na construção da cidadania de jovens matriculados regularmente nos estabelecimentos de ensino que aderiram aos programas no perímetro urbano do município de Carangola/MG, nos anos de 2010 e 2011.

O objetivo geral deste trabalho é verificar a importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nos estabelecimentos de ensino que participaram dos programas localizados no perímetro urbano de Carangola/MG.

Os objetivos específicos são: examinar a relação entre as implementações dos programas PROERD e JCC e a prevenção e a redução de comportamentos antissociais; investigar, junto ao corpo docente, especificamente, diretores, instrutores do PROERD, orientador do JCC e o Comandante da 75ª Cia Esp PM, a validade das implementações dos programas e da sua manutenção nas escolas de Carangola/MG.

Justifica-se este tema pela necessidade de propiciar um estudo exploratório acerca da importância da inserção da PMMG, com anteparos de Policiamento Comunitário e de prevenção criminal, neste caso os programas PROERD e JCC, em um ambiente de socialização secundária, a escola, local propício para a difusão, multiplicação e absorção de valores e princípios que norteiam a vida de uma sociedade harmônica e em constante evolução, proporcionando a construção da cidadania e seu desenvolvimento.

A pergunta norteadora deste estudo foi no sentido de investigar se os programas PROERD e o JCC têm efetivamente contribuído para a construção da cidadania de jovens nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola/MG.

Formulou-se como hipótese orientadora deste estudo se o desempenho dos programas PROERD e JCC nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola, tem proporcionado condições favoráveis ao aumento da capacidade de intervenção dos jovens no protagonismo juvenil e na prevenção de comportamentos antissociais e, por conseguinte, na construção da sua cidadania.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, para a qual foi realizada pesquisa de campo, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e individuais, de forma censitária nas escolas que aderiram aos programas nos anos de 2010 e 2011, no município de Carangola, bem como aos militares instrutores do PROERD, do militar orientador do JCC e do comandante da 75ª Cia Esp PM. Como técnica de pesquisa, utilizou-se de referenciais bibliográficos para se obter um embasamento teórico que teve como ênfase a abordagem recente das teorias sobre socialização, representação social e análise de conteúdo. Destacando-se, entre outros autores, Bardin (2011), Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), Geertz (1989), Jodelet (2005), Moscovici (2011), Motta e Vasconcelos (2002), Olivieri *et al.* (2006) e Sá (1998).

Para a compreensão deste tema, este trabalho foi dividido em oito seções. A primeira seção, a introdução, é indicativa do conteúdo deste estudo.

As seções 2, 3 e 4 apresentam o embasamento teórico da pesquisa; a seção 5 caracteriza o objeto de estudo; a seção 6 detalha a metodologia adotada; a seção 7 analisa os

resultados da pesquisa; a seção 8 apresenta as considerações finais do estudo, ou seja, as conclusões obtidas.

Este trabalho, ao seu término, sugere caminhos a serem trilhados pela Polícia Militar, no contexto da realidade estudada sobre o tema, propondo-se ações em cooperação mútua com as demais instituições envolvidas, proporcionando o desencadeamento de ações que visem minimizar os episódios de comportamentos antissociais e de violência nas escolas e na comunidade escolar, além de propiciar condições para a construção da cidadania dos jovens que se encontram vulneráveis e expostos às pressões da sociedade moderna.

## 2 O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Na seção anterior, realizou-se a introdução desta pesquisa, onde se objetivou contextualizar este estudo, a fim de situar os caminhos percorridos pelo pesquisador para dar conta de investigar a hipótese levantada.

O objetivo desta seção é abordar conceitos e teorias que tratam do assunto sobre o processo de socialização<sup>4</sup> e da construção da cidadania<sup>5</sup>, bem como suas observações dentro do ambiente escolar. Procurar-se-á contextualizar a socialização e a construção da cidadania, destacando o papel da família, da escola e da PMMG neste contexto.

Na perspectiva de Motta e Vasconcelos (2002), o processo de socialização é a forma pela qual somos introduzidos no mundo e, a partir desta interação, interpretamos e incorporamos alguns padrões culturais que se tornam elementos básicos de nossa personalidade. Tais autores tratam socialização primária como sendo o contato do indivíduo com pais e parentes, em suma com a família e, a partir daí internalizam sua “visão de mundo”, sendo que este processo de socialização acontece durante toda a vida do indivíduo. A socialização secundária ocorre quando o indivíduo passa a conviver com outros indivíduos, dentre eles os colegas da escola e os professores, influenciando na construção da sua personalidade e na construção da sua percepção e prática da cidadania.

Frisam ainda Motta e Vasconcelos (2002, p. 317), que a socialização implica dois movimentos: a internalização e a externalização.

[...] **a internalização** – a incorporação por nós dos padrões, regras, valores e papéis sociais pré-definidos e nos são apresentados como dados objetivos da realidade – e **a externalização** – quando os exprimimos e agimos em sociedade com base no que somos e acreditamos, influenciando o mundo à nossa volta e o modificamos.

Assim, quando a criança incorpora valores e comportamentos adquiridos dentro da família, sendo eles passados como padrão, ela os internaliza e, a partir daí, quando os

---

<sup>4</sup> Ato ou efeito de socializar. Processo pelo qual o indivíduo, no sentido biológico, é integrado numa determinada sociedade. Pela socialização o indivíduo se torna pessoa humana, adquirindo os hábitos que o capacitam a viver em uma determinada sociedade. Socialização significa aprendizagem ou educação, no sentido mais lato da palavra, aprendizagem essa que começa na infância e termina com a morte da pessoa. Extensão, por leis e decretos, de vantagens particulares à sociedade inteira. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 04 jan. 2013).

<sup>5</sup> Qualidade ou condição de cidadão. Habitante de uma cidade. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 04 jan. 2013).

coloca em prática na sociedade, passa a interagir com o meio, reproduzindo o que apreendeu de sua socialização primária.

O processo de socialização implica numa troca do ser com o meio no qual está inserido, além de sofrer interferência dos agentes sociais e do ser, conforme destacam Coll, Palacios e Marchesi (1985). O processo de socialização é uma interação entre a criança e seu meio e depende das características das pessoas envolvidas e de como os agentes sociais se comportam, destacando que este processo é primordial, pois é através dele que a criança satisfaz suas necessidades básicas para a vida e assimila a cultura que lhe é passada. Ao mesmo tempo em que a sociedade evolui, perpetua e desenvolve, o indivíduo internaliza a aquisição de condutas aceitáveis e o repúdio das que são julgadas como antissociais, pois é preciso que a criança conheça o que é certo e o que não é para sentir-se com motivação suficiente para agir em conformidade com os padrões sociais aceitáveis e para que a construção de sua cidadania se desenvolva e se fortaleça.

Encontramos em Coll, Palacios e Marchesi (1985), que quando a criança se liga afetivamente a algumas outras pessoas adultas, acaba por adquirir o conhecimento do que a sociedade é e do que esta sociedade espera e almeja dela, e quando esses conhecimentos resultam em um comportamento de acordo com estas expectativas e ensinamentos, a criança estará bem socializada de forma a interagir com o meio social em que está inserida. Daí a importância de bons exemplos de como ser e agir diante das situações apresentadas e que exijam determinada conduta aceita dentro dos parâmetros sociais, pois a sociedade é dinâmica, transforma-se e transforma os indivíduos.

Destaca-se aqui a função primordial dos agentes sociais que fazem o elo com a criança, possibilitando que a interação dela com o meio possa ser pautada em regras de boa convivência social, proporcionando uma socialização voltada para a construção e o exercício da cidadania individual e coletiva. Assim, destaca Santos (2001, p. 244), que “a cidadania não é, por isso, monolítica: é constituída por diferentes tipos de direitos e instituições, é produto de histórias sociais diferenciadas, protagonizadas por grupos sociais diferentes”.

Aberastury e Knobel (1981) afirmam que o adolescente assume personagens diferentes frente às adversidades surgidas em seu cotidiano, o que pode influenciar na interação dele com o meio, e que o adolescente não aceita a imposição de valores e, quando isto ocorre, ele procura escapar, defendendo seus valores e desprezando aqueles que os adultos querem lhe impor.

O adolescente se apresenta como vários personagens e, às vezes, frente aos próprios pais, porém com mais frequência frente a diferentes pessoas do

mundo externo, que nos poderiam dar dele versões totalmente contraditórias sobre sua maturidade, sua bondade, sua capacidade, sua afetividade, seu comportamento [...] (ABERASTURY e KNOBEL, 1981, p. 14).

Quando faltam as instituições de socialização primária e secundária, respectivamente a família e a escola, surge a importância da inserção do jovem em programas que disponibilizem anteparos de prevenção e proteção que o possibilite desenvolver sua capacidade de interação, de trocas com o mundo e com as pessoas a sua volta, do seu convívio, da sua socialização, seja primária, a família, ou secundária, incluída aí os outros grupos sociais dos quais o ser faz ou fará parte, tornando-o capaz de ser o protagonista para as situações que exijam uma interferência voltada para construção da cidadania plena.

Sendo assim, há a necessidade da não imposição autoritária de valores, mas sim de fomentar a participação, o entendimento, a aceitação e a interação para que o adolescente participe com consciência e persistência na formação de seus valores, de forma que ele assuma seu papel de cidadão atuante e que seja parte importante para a vida em sociedade harmoniosa e em constante evolução, a fim de que haja uma constante interação capaz de fomentar ainda mais o empoderamento do cidadão na sua cidadania.

Percebe-se em Olivieri *et al.* (2006, p. 79), que “é preciso reconhecer e afirmar a inesgotável capacidade do homem para modificar-se a si mesmo e ao seu ambiente”, para ocorrer a transformação e a interação do ser com o meio no qual se encontra e com o outro ser que se relaciona e interage. Assim, objetiva-se que as informações passadas aos jovens necessitam de um filtro capaz de prover-lhes ensinamentos de autoestima, de participação ativa na comunidade, de construção da cidadania, de enfrentamento à violência, a comportamentos antissociais e às drogas, sem que haja a banalização de assuntos como estes que necessitam de uma abordagem real e contextualizada. Que também proporcione aos jovens um enfrentamento que surta efeitos harmoniosos e pacíficos, voltados para o bem estar da coletividade e para que haja a socialização e a construção da cidadania.

Afirmam Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), que a sociedade precisa lutar pelo direito à cidadania, que envolve, entre outros aspectos, o respeito aos direitos humanos, à igualdade entre os cidadãos, além de uma convivência livre, justa e igualitária dentro da sociedade que o homem está inserido.

Dentro desta perspectiva de socialização é preciso que haja cidadania e que ela esteja em constante evolução, pois como destaca Gohn (1995), dentre as dimensões que abrangem cidadania, cita-se como uma das mais importantes aquela que regula os direitos e

deveres dos indivíduos, sendo cidadania individual, os direitos políticos e civis do cidadão, pressupondo liberdade e autonomia para escolha, tendo o Estado como ente regulador.

Já a cidadania coletiva, como sendo a de grupos, dentro de uma sociedade que privilegia a dimensão sociocultural, reivindica seus direitos, seus espaços sociopolíticos sem homogeneizar e perder sua identidade cultural. A cidadania é uma resultante da busca incessante dos cidadãos por melhores condições de vida, de participação da vida civil e política da sociedade. Ela é resultante de um cenário que busca corrigir as diferenças instituídas, despontando o valor da igualdade e da solidariedade.

Gohn (1995) enfatiza as conquistas da cidadania moderna, fundada na noção do direito à diferença.

[...] A cidadania tutelada começa a ser substituída por uma outra, ainda não plena porque os grupos organizados com autonomia e autodeterminação são raros, mas sem dúvida uma cidadania moderna, fundada na noção do direito à diferença [...] civil e política [...]. Não se aceita mais ter de mudar de religião, nacionalidade, padrão cultural, ou alterar qualquer aspecto de identidade, para poder participar do mundo atual [...] (GOHN, 1995, p. 208-209).

Conforme assevera Geertz (1989), construímos a nossa personalidade a partir das construções dos outros, por isto a necessidade de escolher o significado social conforme as regras sociais.

[...] o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas [...], pois a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia ou o que quer que seja está insinuando como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente (GEERTZ, 1989, p. 19).

Assim, percebe-se a importância de se tratar com responsabilidade assuntos complexos como a violência, o uso de drogas e comportamentos antissociais que assolam a sociedade, a fim de que seja adotado tratamento relevante e para que não haja uma proliferação de comportamentos inadequados para uma vida em coletividade prejudiciais à cidadania e à socialização.

## 2.1 A influência da família no processo de socialização e de construção da cidadania

Não se pode analisar o processo de socialização e de construção da cidadania dissociado da influência e do papel da família neste contexto e nesta construção, pois a família, lugar primeiro onde o indivíduo surge, é ponto fundamental para a educação da criança e constitui-se, segundo Motta e Vasconcelos (2002), no lugar onde ocorre o processo de socialização primária, onde o indivíduo passa a fazer parte de uma sociedade e a partir daí com o mundo. E esse processo de interação torna-se primordial para que o indivíduo aprenda e desenvolva seus papéis sociais, que irão constituir sua visão e concepção do mundo, como percebem e interpretam o conjunto de regras e de valores predefinidos no âmbito da família e, a partir daí, como interagem com esta realidade compartilhando o que lhe foi passado dentro do processo de socialização primária.

Farrington (2002) aborda fatores que podem levar a um comportamento violento e de delinquência juvenil, questões tais como pais agressivos, severidade e punição excessiva aos filhos quando da aplicação de castigos, falta de supervisão dos pais no acompanhamento dos filhos, a família sem a presença do pai, família numerosa, família desfeita, existência de conflitos entre os pais, falta de afeto da mãe para com os filhos, pais já condenados por crimes violentos. Essas situações tornam-se indicativos de que o indivíduo que presenciou todo este desajuste familiar teve na sua socialização primária a convivência com exemplos negativos, o que poderá refletir na sociedade, em seus comportamentos e em suas escolhas durante sua vida.

Tudo isso aliado a uma constante busca pelo moderno, pela satisfação do prazer e dos desejos pessoais, levados a efeito pelo consumismo e pelo imediatismo do sistema capitalista, relegando a segundo plano questões como afeto, diálogo e o entendimento, pois segundo Giddens (1991, p. 110), [...] “a modernidade produz o declínio da família [...]”, que é a base da sociedade, leva a um desajuste social da criança e do adolescente.

É na família que a criança inicia seus relacionamentos com os outros, lida com suas primeiras frustrações e conquistas surgidas na relação interpessoal. Esse espaço deveria servir para o indivíduo cultivar o diálogo, valores de solidariedade, de fraternidade e de respeitabilidade e de interação com os outros e com o meio, porém a violência, nas suas mais variadas formas, exteriorizada através da desestrutura dos lares, onde há a desarmonia, a falta de diálogo, a falta de compreensão, a falta de afeto, a falta de amor, a violência física, o uso do álcool e de substâncias entorpecentes, tudo pode ser imitado pelos filhos e levar, de certa

forma, a refletir na sociedade, visto que os filhos passam a imitar aquilo que vivenciaram na socialização primária e adotam como conduta padronizada e aceitável.

É dentro do contexto familiar, conforme Santos (2001), que o aborda como “espaço doméstico”, que as relações sociais que englobam as obrigações de cada um dos membros da família, sejam os direitos e os deveres, funcionam como reguladoras dessa relação, mas o que não se pode deixar de lado é o afeto. E, o que se nota hoje nas famílias é que, por alegação de falta de tempo devido ao trabalho e às demais obrigações sociais impostas, este afeto nas relações familiares tende a ficar comprometido, interferindo nesse processo de socialização, pois se a procedência é desestruturada, o que dela advir trará consigo conflitos que se tornam danosos para todos os aspectos da vida individual e coletiva.

De acordo com Tiba (2005), a criança faz o errado por imitação, mas as consequências de seus atos são absorvidas pela família num todo, sendo necessário que a família tenha a consciência de sua responsabilidade e de sua parcela de contribuição na formação da sociedade, pois essa socialização se inicia primeiro no lar, “núcleo familiar”. Assim, se este núcleo não está em harmonia, seus reflexos serão absorvidos pela sociedade, pois o espírito da família é levado junto com os jovens.

Destaca-se ainda em Tiba (2010), que a família continua sendo o principal núcleo afetivo do indivíduo, lugar onde todos têm deveres e obrigações visando ao bem de todos, sendo que a construção deste indivíduo parte do nada, além de que o prazo é curto, visto que os pais, devido ao trabalho, passam a maior parte do tempo, ausentes, e que é preciso colocar mais amor nas relações, ajudar mais, associar-se mais e admirar mais, formar e agir como uma equipe, onde haja ética familiar para fazer valer a “cidadania familiar”, com os devidos reconhecimentos das habilidades e competências individuais. Por ser uma equipe há a necessidade dos indivíduos estarem interligados uns com os outros, todos precisam estar envolvidos neste processo de construção da cidadania, desde a sua primeira concepção, e cultivar valores morais, éticos e de afetividade, fortalecendo os laços de amor e entendimento em todos os momentos, pois é na família que o indivíduo busca sua identidade social e sua interação com o meio.

Não se pode conceber que os pais não compartilhem com os filhos seus momentos de sucessos e de insucessos, pois o crescimento individual passa por todos os momentos, inclusive os de fracasso, pois segundo Cury (2003, p. 12), “pais e filhos vivem ilhados, raramente choram juntos e comentam sobre seus sonhos, mágoas, alegrias, frustrações”. Desta forma, a família não pode se especializar em apenas criticar os comportamentos fora dos padrões dos filhos, mas que é preciso ser habilidosa para fazer com que os filhos reflitam

sobre suas ações e comportamentos inadequados para que ocorra o crescimento e não apenas o sofrimento.

Sendo assim, é preciso que haja dentro da família, uma estrutura capaz de fomentar essa interação através do diálogo e do entendimento, onde todos, através da empatia, busquem soluções de forma que não prejudiquem esta cidadania familiar, para que o respeito nessas relações prevaleça e para que a incidência de delitos praticados por jovens possam diminuir estatisticamente, refletindo na sociedade e no processo de socialização.

Assim, vislumbra-se o papel fundamental da família dentro do contexto da socialização, e se a família encontra-se desestruturada, desagregada de valores morais e éticos, onde a violência e o monólogo imperam, os resultados obtidos dentro da sociedade terão tendências a refletirem na socialização primária recebida, pois se a família não zelar pela educação da criança desde o início, provavelmente haverá distúrbios de comportamento, de forma a ocasionar as mais diversas manifestações de comportamentos antissociais e de violência em todos os contextos sociais.

## **2.2 A influência da escola no processo de socialização e de construção da cidadania**

A escola, na maioria das vezes, recebe um público heterogêneo com a mais diversificada socialização primária, pois apesar deste público advir de uma família, estas são estruturadas de formas diferentes, com valores e crenças diferentes o que propicia interações diferentes com o meio social.

De acordo com Motta e Vasconcelos (2002), a escola constitui-se num local de socialização secundária, proporcionando ao ser uma interação com o meio e de realização de trocas necessárias para a sua evolução, não obstante a influência da família, núcleo da socialização primária, de onde se inicia a interação do ser com o mundo social. E, na socialização secundária, o indivíduo convive com outros indivíduos não pertencentes ao círculo familiar, dentre eles vizinhos, colegas da escola e professores, colegas de trabalho, os quais apresentam diferentes maneiras de comportamentos frente às situações da vida. Esses comportamentos passam a influenciar o outro, que a partir daí descobre que existe grande número de comportamentos e papéis que a sociedade espera que este indivíduo passe a desempenhar e a atuar no decurso de sua vida enquanto cidadão.

Motta e Vasconcelos (2002, p. 318), destacam que

nossa cultura (valores, crenças, gestos, etc.) e a nossa identidade (o que somos) não são elementos pré-existentes: eles dependem de atos e de reconhecimento social, do desempenho de nossos papéis e da aceitação de nosso grupo de referência.

Sendo assim, a interação com o meio social faz com que a nossa cultura e identidade sejam continuamente construídas, desconstruídas e reconstruídas.

Frisa-se em Coll, Palacios e Marchesi (1985), que apesar de a família constituir-se, em um primeiro momento, no meio de desenvolvimento mais imediato e ao alcance da criança, por constituir-se como socialização primária, a escola, o estabelecimento de ensino, transforma-se de imediato em um local propício e de vital importância no contexto e no cenário de socialização, de preparar a criança para a vida em sociedade, pois todas as formas de cultura possuem sistemas organizados e hierarquizados, com variedade de um grau maior ou menor de complexidade, frente aos quais os indivíduos adultos preparam os jovens para sua incorporação à sociedade. A escola age como modificadora dos pensamentos e dos comportamentos das crianças, tendo duas características neste contexto, que são em especial de grande relevância para explicar esta influência: o caráter descontextualizado da aprendizagem e a linguagem, ambas como formas predominantes de transmissão e assimilação da informação.

Ao abordarem esta influência como auxiliares na interação, Coll, Palacios e Marchesi (1985), citam as destrezas adquiridas na escola e que estas características possibilitam formas de pensamento independentes do contexto e que a escola apresenta-se como local ideal para que se fomente no jovem a vontade de participar da vida social, de interagir com o meio.

As destrezas aprendidas na escola (leitura e escrita, operações matemáticas...) proporcionam a possibilidade de se referir a experiências e contextos que não estão presentes e, mediante a linguagem [...], é possível operar com objetos e situações que não são imediatos. [...]. A escola [...] influi em todos os aspectos relativos aos processos de socialização e individualização da criança, como são o desenvolvimento das relações afetivas, a habilidade de participar em situações sociais, a aquisição de destrezas relacionadas com a competência comunicativa, o desenvolvimento do papel sexual, das condutas pró-sociais e da própria identidade pessoal (autoconceito, autoestima, autonomia) (COLL, PALACIOS e MARCHESI, 1985, p. 254).

Quando a criança ingressa na escola, ela já leva consigo experiências anteriores, as quais lhe permitem desenvolver o autoconceito, que é construído na interação social e possibilita ampliação de suas relações, segundo Coll, Palacios e Marchesi (*op. cit.*).

Denomina-se autoconceito o conjunto de conhecimentos e atitudes que temos sobre nós mesmos. O autoconceito se desenvolve graças às ações e às opiniões expressadas pelos outros sobre nossas características e nossa conduta ou, dito de outra forma, tem sua origem na interação social. [...] Nesse sentido, a incorporação à escola significa, para criança, uma grande ampliação de sua esfera de relações. [...] Dado que o autoconceito é construído na interação social, todo esse novo conjunto de pessoas terá uma grande influência na manutenção ou na mudança do autoconceito da criança [...].(COLL, PALACIOS e MARCHESI, 1985, p. 254).

Os autores acima citados enfatizam que a escola e a família são as instituições sociais de maiores repercussões para a criança, e a escola é primordial para seu desenvolvimento cognitivo e social, pois esse desenvolvimento irá refletir no curso da vida deste indivíduo.

Tal afirmativa mostra a importância da escola dentro do contexto de socialização e da construção da cidadania. Mostra também que a escola torna-se local propício para essa intervenção, pois as interferências realizadas no momento oportuno e com anteparos de proteção e prevenção, com discursos que reflitam no curso da vida dos jovens, pode fazer a diferença. De acordo com Augé (1994).

[...] Não seria de se espantar que os termos desse discurso sejam geralmente espaciais, a partir do momento que o dispositivo espacial é, ao mesmo tempo, o que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são, muitas vezes, diversas, mas é a identidade do lugar que o funda, congrega e une) e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido (AUGÉ, 1994, p. 45).

Afirmam Bock, Furtado e Teixeira (2007), que o cotidiano da escola precisa estar em conformidade com o que ocorre na vida social. Sendo assim, a função da escola é preparar a criança para a vida, capacitando-lhes assimilarem as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento aceitos e de acordo com a sociedade em que estão inseridos, e que essa transmissão é necessária para a manutenção da sociedade.

Para Bock, Furtado e Teixeira (2007), a escola apresenta-se como uma instituição social importante e de mediação entre o indivíduo e a sociedade.

A escola apresenta-se, hoje, como uma das mais importantes instituições sociais por fazer, assim como outras, a mediação entre o indivíduo e a sociedade. Ao transmitir a cultura e, com ela, modelos sociais de comportamento e valores morais, a escola permite que a criança 'humanize-se', cultive-se, socialize-se ou, numa palavra, eduque-se. A criança, então, vai deixando de imitar os comportamentos dos adultos para, aos poucos, apropriar-se dos modelos e valores transmitidos pela escola, aumentando,

assim, sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2007, p. 361).

Assim, fica evidente a importância dos atores sociais inseridos no contexto da escola, dentre eles, os professores, os quais influenciam no autoconceito da criança de forma a propiciar uma construção da cidadania. Logo, destaca-se o papel fundamental da PMMG, através dos policiais militares que atuam neste espaço formador com ferramentas de prevenção e de proteção à violência, às drogas e a comportamentos antissociais, levados a efeito por meio dos programas PROERD e JCC, pois citam Coll, Palacios e Marchesi (1985, p. 255), que

a conduta do professor em relação ao aluno será determinante para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo dependem, em grande parte, dos comportamentos que percebe que o professor mantém em relação a ele.

Assim, todo agente que se encontra no ambiente escolar influencia no autoconceito da criança e na formação de uma cidadania plena e participativa no contexto pessoal e social.

### **2.3 A PMMG no contexto social da escola, da socialização e de construção da cidadania**

Na sociedade atual, livre e democrática, na qual há interesse na qualidade, na forma e no resultado do serviço das polícias, a atividade de polícia ganha destaque e desempenha um papel importante na proteção e promoção dos direitos individuais e coletivos, exigindo das organizações policiais um aprimoramento na maneira de ser e de fazer segurança pública.

Encontra-se na Constituição Federal (1988), em seu artigo 144, sobre o dever do Estado e o direito e responsabilidade de todos, quando se trata de segurança pública.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V- Polícias militares

[...]

A Constituição do Estado de Minas Gerais (1989), em seu artigo 222, afirma que é dever do Estado a promoção do bem estar da criança e do adolescente, além de colocá-lo a salvo, dentre outros, da violência<sup>6</sup>.

É dever do Estado promover ações que visem assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, [...] à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, e colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Na Lei n. 8.069, de 13 de Julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus artigos 3º e 4º, definem-se os direitos fundamentais da criança e do adolescente e o dever da sociedade e do poder público.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, [...], assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

É dever [...] da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, [...] à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2009).

É necessário que a sociedade organizada, através dos diversos grupos sociais que a compõem, as polícias e o Estado, busquem juntos as transformações e as modificações necessárias para alcançar a paz social e auxiliarem na construção da cidadania. E o instrumento que melhor se apresenta para este objetivo é a transformação por meio da educação e a união dos grupos sociais.

Destaca-se em Minas Gerais (2010, p. 24), que “a mobilização social é um processo educativo que promove a participação (empoderamento) de muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum (convergência)”. Ressalta-se ainda a mesma diretriz que a mobilização de pessoas ou grupos sociais ainda é um obstáculo, mas que este processo é longo, constituindo-se, no primeiro passo, em conscientizar as pessoas e a comunidade sobre a importância da participação social na esfera da segurança pública com instrumentos de parceria com vistas à redução da criminalidade e o sucesso das ações desenvolvidas.

---

<sup>6</sup> Do Latim *violentia*. Qualidade de violento. Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. Ação violenta. Opressão, tirania. Intensidade. Veemência. Irascibilidade. Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 06 jan. 2013).

Assim, a PMMG, na procura constante da excelência na prestação de serviços à comunidade, age nos acontecimentos que interfiram na paz social, buscando alcançar os interesses da sociedade, de forma que não apenas as causas é que precisem de uma abordagem mais contingencial, mas os acontecimentos, os fatos que levam a elas, coloca a disposição da sociedade. O PROERD e o JCC, anteparos de proteção e prevenção a comportamentos antissociais, à violência e às drogas, se apresentam como programas capazes de desenvolverem o protagonismo juvenil e a construção da cidadania.

Percebe-se desta forma, a figura do Policial Militar como legítimo representante da PMMG, enquanto instrutor e orientador dos programas PROERD e JCC, com capacidade de atuar de maneira preventiva na formação moral e ética dos jovens, parte considerável do segmento da população, passando a compor este ambiente de socialização secundária, a escola, que é parte da interação do ser com o meio social, sendo capaz de ofertar a esta comunidade ordeira, segurança de forma participativa e de caráter preventivo, dentro de uma visão da Polícia Comunitária. Assim, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (2003), ambas, polícia e comunidade, precisam atuar em conjunto para eleger as prioridades que necessitam de interferência no campo da segurança pública para uma melhoria na qualidade de vida.

[...] tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na área (TROJANOWICZ e BUCQUEROUX, 2003, p. 4).

Assim, o Policial Militar, passa a auxiliar o jovem, a escola e a família neste processo de socialização e de formação de novos conceitos, além de prover-lhe conhecimento sobre assuntos como drogas, violência e comportamentos antissociais, possibilitando desenvolver o protagonismo juvenil e funcionar como multiplicador de bons comportamentos e exemplos de cidadãos participativos.

Destacando a necessidade de implementação de programas de intervenção junto à sociedade, ressaltam Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), que a cada dia aumenta mais os atos delituosos praticados por crianças e adolescentes.

Os atos contrários à lei, praticados por crianças e adolescentes, são cada vez mais comuns em nossas cidades. O problema tem tudo a ver com o abandono imposto a eles e também com a violação de seus direitos, que passa, indiscutivelmente, pelo social e, com certeza, não iremos conseguir resolvê-los sem programas e políticas realmente voltadas para o social (FERREIRA, LOBOSQUE e PINTO, 2001, p. 83).

Na perspectiva de Souza (2005, p. 372), “entre os vários programas demandados para esse público, uma ação efetiva seria através de um programa de proteção”, sendo necessária a implementação de programas e projetos que fomentem a participação e que sejam capazes de gerirem por si mesmos. Assim se resolveriam os conflitos de forma a prevenir a criminalidade e reduziria o medo do crime, possibilitando às pessoas desenvolverem ações voltadas para a manutenção da paz e da democracia, além de promoverem a reconstrução dos vínculos sociais que se encontram abalados pela exclusão social e pela economia, fazendo-os deteriorarem-se a cada dia.

O governo precisa implementar políticas preventivas, pois conforme Souza (2005, p. 379), “os poucos projetos de prevenção existentes são limitados, ora pela escassez de recursos, ora pela resistência de autoridades e gestores públicos que não os consideram como políticas de segurança”. A descontinuidade de programas é também outro impedimento para o seu sucesso. Sendo assim é necessário que haja a continuidade de mecanismos e programas de prevenção, não só de medidas protetivas, mas também de prevenção à violência e a comportamentos antissociais capazes de auxiliarem na resolução de conflitos.

As inserções dos programas PROERD e JCC no ambiente escolar constituem-se em anteparos ao alcance da comunidade escolar e dos jovens, para que possam estruturar suas cidadanias e moldar suas condutas em comportamentos aceitáveis dentro da comunidade em que estão inseridos, de forma a fazerem aquilo que é o corretamente aceitável e esperado dentro do processo de socialização.

Esta parceria entre a escola e a PMMG, voltada para o provimento da segurança pública dentro de uma filosofia de polícia comunitária, busca a participação de um segmento de socialização secundária da sociedade, portanto agente de transformação capaz de incutir no jovem, valores de uma sociedade ativa e participativa, além de proporcionar a prevenção e o protagonismo juvenil através dos programas PROERD e JCC, mostrando que cada um tem o seu papel dentro do contexto social e que este papel é importante para que o ciclo da cidadania se mantenha e se amplie, pois um jovem consciente e praticante de sua cidadania será um multiplicador de cidadania.

Neste contexto, destaca-se em Minas Gerais (2010), a parceria entre a Polícia Militar, a Escola e a família, para juntas auxiliarem, promoverem a cidadania aos jovens e a prevenção de comportamentos antissociais, através do programa.

[...] Consiste num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a família, e se destina a evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso abusivo das diversas drogas existentes em nosso meio,

despertando-lhes a consciência para este problema e também para a questão da violência (MINAS GERAIS, 2010, p. 9).

Desta forma, a escola apresenta-se como ambiente propício para a PMMG desenvolver os programas PROERD e JCC, pois nela o jovem relaciona-se com pessoas diferentes do seu convívio da socialização primária, e passa a compartilhar de experiências e conceitos novos até então não vividos e não descobertos, os quais constituirão novas concepções de valores e, conseqüentemente, a absorção destes, refletindo no comportamento e na forma de agir e ser do jovem.

Assim, os programas PROERD e JCC, constituem-se como importantes anteparos de auxílio para essa transmissão, visto que eles são implementados em escolas. Na perspectiva de Bock, Furtado e Teixeira (2007), este espaço, a escola, prepara a criança para viver no mundo adulto, constituindo-se um importante local de troca, de obtenção de informação e aprendizado, de formulação de grande parte das respostas e das perguntas necessárias à compreensão de nossas vidas, de nossa sociedade e de nosso dia a dia, além de ser um espaço no qual se adquire a ideia do tempo vivido e das transformações produzidas pela humanidade.

Esta seção permitiu verificar que a visão sobre o processo de socialização e sobre a construção da cidadania evoluiu no sentido de direitos e deveres dos cidadãos, mas que não está dissociada das microinstituições sociais, com destaque para a família, socialização primária, e escola, socialização secundária, e que a inserção dos programas PROERD e JCC no ambiente escolar constitui-se em anteparos de caráter de proteção e prevenção ofertados à comunidade escolar e aos jovens, diante da falta de políticas públicas com esta destinação. A seção 3 abordará teorias sobre representação social.

### 3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Na seção anterior, abordaram-se os conceitos de socialização e construção da cidadania, contextualizando-os na influência da Família, da Escola e da Polícia Militar.

Esta seção serão abordados os conceitos e teorias que tratam de Representação Social. Procurar-se-á contextualizar o assunto dentro da ótica da observação de um fenômeno no espaço pré-estabelecido, o ambiente escolar.

Atualmente, a sociedade é confrontada com uma gama de informações, que exigem uma compreensão e interpretação dentro do contexto e do repertório vivido, sendo que, às vezes, há a necessidade de manifestação, julgamento e posicionamento diante de sua complexidade e de seu dinamismo.

Estas interações sociais, segundo Mazzotti (2008), acabam por criar consensos no âmbito dessas representações sociais. Elas são resultantes da interação social, pelo que são comuns a um determinado grupo de indivíduos que passam a fazer parte deste contexto, visando facilitar a comunicação e nortear as condutas, ajudando a criar uma identidade do grupo e um sentimento de pertencimento dos indivíduos a este grupo.

Neste contexto, os programas PROERD e JCC, inseridos como anteparos de proteção e prevenção de comportamentos antissociais visando à construção da cidadania dos jovens, numa instituição micro, a escola, possibilita uma interação com o grupo participante de forma a proporcionar a identificação de cada um com a causa de todos.

Sá (1998) menciona que na representação social existe sempre o sujeito e o objeto observado. Assim, não há como falar em representação social sem delimitar a população, o meio social onde esta representação é observada e construída, e sem mencionar os objetos que foram representados dentro de um determinado contexto para que o pesquisador não se embrenhe por vieses desconexos com o estudo.

Afirma Sá (1998), que para que as representações sociais surtam efeitos dentro do contexto, é preciso saber em qual cultura, linguagem, comunicação e sociedade está sendo verificado este fenômeno, pois além de se observar o discurso dos envolvidos, seus comportamentos, suas práticas para verificar o conteúdo e a sua estrutura, bem como sua formação e possível transformação, e que para gerar representação social o objeto deverá ter “relevância social” ou “espessura social” e o grupo que foi selecionado para observar esse fenômeno, precisa-se ter uma representação, dar importância ao objeto, ao fenômeno a ser estudado.

Deste modo, os programas inseridos pela PMMG nas escolas, possibilitam que as representações sociais dos grupos, influenciem os jovens que passam a internalizar a cultura vivida e o que se espera dele, dentro do contexto social vivido, de forma que os comportamentos socialmente desejáveis sejam vistos como uma forma de empoderamento aos padrões necessários e aceitáveis para uma convivência pacífica dentro de uma sociedade ordeira.

Assim, no contexto do ambiente escolar, onde há indivíduos com socializações primárias diferentes e com valores, crenças e formas diferentes de interagir com o meio, o que ali é observado, na ótica de um fenômeno para se ter uma representação social, é preciso que esta observação seja no contexto e dentro do viés estabelecido e com relevância social dentro daquela comunidade, tornando-se, assim, uma representação social.

Segundo Sá (1998), o estudo de representações sociais apresenta maior significado com as práticas sociais, culturais e com a comunicação de massa, pois ela é uma representação de massa, e o acesso do pesquisador ao objeto de pesquisa, ocorre através do discurso dos participantes.

Assevera Sá (1998, p. 43), que “reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas”.

Assim, representação social, mesmo que seja uma única, proporciona uma gama de informações para formar outro conjunto de representação com significado, o que assevera Jodelet (2005, p. 17), pois “uma única representação reúne assim uma grande variedade de raciocínios, imagens e informações de origens diversas, com os quais ela forma um conjunto mais ou menos coerente”.

Desta forma, os programas PROERD e JCC, como anteparos de proteção e prevenção à violência, às drogas e a comportamentos antissociais, reúnem um conjunto de significado racionais que possibilita aos jovens, através da análise do contexto vivido, reunir informações necessárias para poderem discernir sobre o que é ou não uma conduta social pautada na convivência harmoniosa, onde o respeito aos valores éticos e morais constituem os pilares para uma sociedade justa e com menos desigualdade e para que fortaleça a sua construção da cidadania.

Destaca ainda Jodelet (2005), que para cada nova área de representação social, aqueles que não conhecem o fenômeno observado dentro do contexto estudado precisam aprender um novo tipo de representação social, além de novas aptidões para utilizá-lo sem se perder por outros vieses.

As representações nos atingem com essas dissonâncias, engavetamentos, contradições e outros curtos-circuitos intelectuais, dos quais seus usuários não parecem dar-se conta nem procuram retificar. Elementos afetivos, uma indiferença em relação à lógica e preconceitos estão certamente implicados (JODELET, 2005, p. 19).

Percebe-se que haverá sempre questionamentos feitos pelo sujeito em relação ao objeto observado, e esses questionamentos servem para interpretação daquilo que se está sendo observado, valendo-se daquilo que se tem diante de outras representações já existentes em relação ao novo. De modo que os programas PROERD e o JCC, realizados no ambiente escolar, proporcionam aos jovens a possibilidade de observarem e aprenderem comportamentos voltados para suas socializações, construção da cidadania e para o repúdio à violência e às drogas.

É preciso saber como a pessoa se pronuncia e como se comporta frente as suas próprias declarações, antes de isolarmos as contradições e as incoerências para suprimi-las ou denunciá-las, pois aquilo que é observado de fora do contexto pode parecer ilógico para uma determinada situação. É para aqueles que compartilham da mesma realidade e do contexto verificado, algo que não tem como ser verificado e é uma opção fora do arbítrio tornando-os vagos e flutuantes, pois as pessoas representam os seus semelhantes e a si próprios e sempre se encontram atualizando essas representações.

Desta forma, o jovem está sempre representando os seus conceitos e aqueles que presenciam através do que lhe é mostrado e passado, para fazer sua análise e interpretação e, a partir daí, novamente atualizar a sua representação. E isso possibilita a PMMG, quando inserida no contexto do ambiente escolar, com os anteparos de proteção e prevenção através do PROERD e do JCC, proporcionar ao jovem a capacidade de sempre estar atualizando a sua representação frente a determinado objeto, pois cada pessoa é única e tem a sua maneira de tratar, adaptar e lidar com suas representações, mas que se encontra inserida num meio social que exige dela interação para evoluir.

Moscovici (2011, p. 8), destaca que

as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem a realidade de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.

Ou seja, as representações são sustentadas pelas influências do contexto social em que o indivíduo encontra-se inserido ligando um ao outro.

Com isso, os programas PROERD e JCC permitem esse elo entre os jovens, escola e sociedade, de forma que essa interação reflita em comportamentos sociais pautados em valores éticos e morais. E a PMMG, ofertando esses anteparos à sociedade, auxilia nessa interpretação dos objetos observados, além de influenciar na construção da sociedade, pois trabalha o material humano dentro da metodologia dos programas. E esse material humano veio da sociedade e com ela está se relacionando de forma a construí-la e reconstruí-la continuamente.

Destaca-se ainda em Moscovici (2011, p. 10), que as representações sociais encontram-se presentes no dia a dia e nas nossas relações e nas nossas comunicações.

Representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, entrecruzam-se e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos (MOSCOVICI, 2011, p. 10).

Sendo assim, as representações produzem um conteúdo que simbolicamente o indivíduo elabora dentro do contexto vivido, pois as coisas mudam na sociedade dentro dos processos sociais e a sua conservação e preservação fazem parte desta vida em sociedade e da contribuição de cada um. Desta forma a escola auxilia neste processo de interação com a sociedade e se mostra como o local capaz de fazer as modificações necessárias e esperadas para integrar o jovem, além de inculcar nele que ele também é agente de transformação social e que sua influência modifica comportamento de outros.

Frisa-se em Moscovici (2011, p. 20), que “o propósito de todas as representações é tornar algo não familiar, ou a própria não familiaridade em familiar”. Assim, se a violência generalizada e os comportamentos antissociais são culturalmente constituídos e reforçados, anteparos sociais poderão desconstituí-los e descondiciná-los.

Dessa forma, a PMMG leva à comunidade anteparos de caráter protetivo e preventivo, propiciando que esta comunidade e os sujeitos envolvidos no processo, conheçam esses anteparos, familiarizem-se com eles e passem a compreendê-los e defini-los, incorporando-os à sua personalidade criando uma identidade, valores, ideias e práticas que se multiplicarão em exemplos positivos, pois as representações não são formadas de forma isolada e elas dão oportunidade ao surgimento de outras, possibilitando uma compreensão e comunicação daquilo que o sujeito já sabe, pois elas restauram a consciência coletiva e lhe dão forma possibilitando o acesso de todos.

Assevera Moscovici (2011, p. 21), que representação social é

um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Assim, para o referido autor, é através da sociedade e da interação interpessoal que o indivíduo passa a conhecer e a perceber de forma normal e natural, outras realidades comuns a outros indivíduos e outros grupos sociais. E isto se dá, na perspectiva do autor acima citado, das maneiras como se lida com a memória que ocorre através da “ancoragem”, que é a classificação, ou seja, “é ele como deve ser ou não”, e nominação, que é conseguir uma clareza ou coerência lógica de alguma coisa, transformando esta coisa em novas imagens de acordo com aquilo que se pensa ser apropriado, e através da “objetivação”, que é quando se reproduz um conceito em uma imagem, ou seja, comparar e de imediato representar, reagrupando as ideias e imagens referentes àquilo que foi observado.

Desta forma, a representação social está ligada e determinada de acordo com os grupos sociais que as criaram, de forma a possibilitar ao indivíduo fazer os questionamentos através das comunicações interpessoais dentro de um contexto social vivido, para, a partir daí, realizar a sua própria representação e transformar em familiar aquilo que ainda não o era.

O processo de evolução da sociedade é contínuo e não pode ser comparado com uma linha reta, visto que essa evolução possui progresso e retrocesso que afetam o rumo da humanidade de forma geral, pois os fatos que ocorrem hoje possuem relações com o que ocorreu ontem, permitindo compreender e transformar a realidade para que essa evolução aconteça e propicie a interação do homem com o meio em que vive e em que evolui.

Segundo Sá (1998), os fenômenos de representação social estão presentes em todo momento de nossa interação com o meio social.

Os fenômenos de representação social estão ‘espalhados por aí’, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social (SÁ, 1998, p. 21).

Assim, a partir do momento em que o indivíduo, através de sua interação social, de sua experiência com um acontecimento observável e especial, dá a sua interpretação

daquele evento, ele o está representando socialmente e a partir daí construindo a sua representação que pode influenciar outros indivíduos dos seus círculos sociais.

Destaca-se em Sá (1998), que há a necessidade do pesquisador adotar a providência de simplificar o fenômeno para estudá-lo e essa simplificação não é tarefa fácil, pois engloba representações do ambiente, do pensamento, tendo assim diversos assuntos de conhecimento e com diversos sujeitos conhecedores deste fenômeno.

Em primeiro lugar, precisamos decidir como enunciar exatamente o objeto de representação a ser considerado, de modo a evitar, pelo menos em um primeiro momento, uma “contaminação” pelas representações de objeto próximos a ele. Em segundo lugar, precisamos decidir quais serão os sujeitos – grupos, populações, estratos ou conjuntos sociais concretos – em cujas manifestações discursivas e comportamentais investigaremos o conteúdo e a estrutura da representação. Em terceiro lugar, precisamos decidir o quanto de “contexto sociocultural” e de que natureza – práticas específicas, redes de interação, instituições implicadas, comunicação de massa acessível, etc. – levaremos em consideração para esclarecer a formação e a manutenção da representação (SÁ, 1998, p. 25).

Percebe-se que o fenômeno a ser observado, precisa ser delineado em qual contexto será observado, pois a perspectiva do autor acima referenciado, enunciado através do objeto da representação que se estudará e justificará sua escolha, é preciso verificar os requisitos que pretendem atender os sujeitos da representação, suas diversidades de relações e de suporte, além das condições históricas e sociais que se podem explorar. Sendo assim, para estudar uma representação, é preciso delimitar o objeto, o sujeito e o contexto, além de verificar qual cultura, linguagem e comunicação e sociedade está sendo verificado este fenômeno.

Destaca-se em Moscovici (2011, p. 16), que “o fenômeno das representações sociais está, por isso, ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade”. Ou seja, as diferenças verificadas em cada contexto implicam uma representação social de acordo com o sujeito que está fazendo esta observação e a sua comunicação da percepção apresentada.

Deste modo, o presente estudo enuncia o objeto da representação como sendo a construção da cidadania, verificada no ambiente escolar, envolvendo a escola, a família e a Polícia Militar, dentro do contexto da sociedade e das instituições envolvidas para interpretar o fenômeno da representação observada, que através das mensagens dos sujeitos da pesquisa, possibilitam fazer uma representação social da comunicação feita, de modo a confrontar com outras já existentes.

Assim, a construção da cidadania no ambiente escolar, vista na ótica dos sujeitos inseridos no contexto, através dos anteparos de proteção e prevenção, PROERD e o JCC, ofertados pela PMMG à comunidade, fornece uma representação social diferenciada daquele ambiente escolar que não dispõe deste anteparo.

Esta seção permitiu verificar que a visão teórica sobre representação social aborda questões como valores, ideias e práticas, além de possibilitarem ao indivíduo ter sua orientação no mundo social e material. A seção 4 abordará teorias sobre Análise de Conteúdo.

#### 4 ANÁLISE DE CONTEÚDO E INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS

Na seção anterior, abordaram-se os conceitos e teorias que tratam de representação social, contextualizando-os no ambiente escolar. Esta seção abordará conceitos e teorias sobre Análise de Conteúdo e a Interpretação das Culturas, sobre os aspectos qualitativos desta pesquisa.

A análise de conteúdo trata-se de uma metodologia de pesquisa que dentro do campo das investigações sociais, utilizando-se da teoria e da prática, fornece suporte para auxiliar nas reinterpretações das mensagens e em suas compreensões de forma qualitativa e individualizada.

Bardin (2011) define análise de conteúdo como sendo técnicas que permitem a inferência<sup>7</sup>.

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Assim, esta perspectiva permite ao pesquisador analisar aquilo que busca conhecer através das mensagens, das comunicações transmitidas pelos sujeitos da pesquisa. E, no caso específico desta pesquisa, por meio de variáveis socioculturais para, a partir daí, realizar uma avaliação por meio da amostra das mensagens conseguidas nas entrevistas realizadas, permitindo analisar qualitativamente os valores de referência e os modelos comportamentais transmitidos na mensagem do sujeito da pesquisa.

Desta forma, a análise de conteúdo, possibilita, quando da realização de entrevistas, fazer uma separação daquilo que se observou sobre o objeto e das entrevistas já realizadas até então, pois, ela é um discurso espontâneo, onde as palavras, gestos, expressões, os fins de frases, representam determinado sentido a mensagem emitidas pelo sujeito da pesquisa durante o processo de comunicação, visto que trabalha o discurso de um emissor identificável dentro de um contexto já estabelecido e bem delimitado.

Bardin (2011, p. 131) frisa que a análise de conteúdo capacita ao pesquisador “propor interferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas”. Ou seja, que no tratamento dos resultados

---

<sup>7</sup> Ato ou efeito de inferir. Consequência, dedução, ilação, indução. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 08 jan. 2013).

obtidos e na interpretação dos mesmos, o pesquisador tem a sua disposição uma gama de significados fiéis às mensagens repassadas através da comunicação do sujeito da pesquisa e, por outro lado, permite também confrontar se o material obtido serve para interferir em outra análise, sendo que há a necessidade de organizar os dados obtidos através da categorização que implica, segundo Bardin (2011, p. 131), na “exclusão mútua, na homogeneidade, na pertinência, na objetividade e na fidelidade, e na produtividade” das mensagens.

A análise qualitativa fornece informações que possibilitam comparação dos discursos uns com os outros, ou mesmo com normas pré-existentes sobre o assunto. Assim, toda análise de conteúdo proporciona ao pesquisador confrontar o material obtido com outras comunicações, e realizar detalhadamente uma análise da comunicação feita por determinado grupo ou pessoa dentro do contexto social sobre o objeto estudado através da inferência.

Segundo Bardin (2011, p. 169), a análise de conteúdo é “um bom instrumento de indução que serve para que o pesquisador investigue as causas a partir dos efeitos”. Desta forma, possibilita que o pesquisador, verificando os acontecimentos em relação a um fato observado, passe a traçar, através da análise de conteúdo, quais as causas levaram àquele resultado, através de uma interpretação lógica do material coletado.

Destaca-se em Bardin (2011), que a análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa que é usada no intuito de descrever e interpretar dados de forma qualitativa ou quantitativa, bem como ajuda a reinterpretar as mensagens, verbais ou não verbais, emitidas pelos sujeitos da pesquisa. Ou seja, é uma interpretação do pesquisador a partir do que percebeu nos dados obtidos da pesquisa. Desta forma, os sujeitos da pesquisa coabitam dentro de uma determinada cultura e de padrões sociais que interferem no comportamento e nas mensagens emitidas.

Neste contexto, Geertz (1989), define cultura como informações que chegam ao indivíduo, sob as quais ele passa a direcionar sua vida.

Um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fonte de informações extras somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas (GEERTZ, 1989, p. 64).

Assim, as experiências sociais, os valores morais e éticos, de cada indivíduo e de cada cultura, possuem significados que incorporam ao contexto vivido pelo indivíduo de forma a fazer a interação dele com o meio social. E isso o PROERD e o JCC, juntamente com

a comunidade escolar, fomentam nos jovens despertando-lhes o protagonismo na solução dos conflitos surgidos, seja frente aos comportamentos antissociais, às drogas ou à violência, de forma que ele faça a interpretação dentro do contexto e a partir daí se interaja com o meio.

Assevera ainda Geertz (1989, p. 19), “que o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas [...]”. Ou seja, a cultura que o indivíduo partilha, influencia na sua interação com o mundo, a partir da relevância e da estrutura social em que se encontra inserido, além do subjetivismo de cada um. Frisa-se ainda o autor que a cultura não se trata de um poder, mas sim daquilo que é atribuído por acaso aos acontecimentos sociais que envolvem os processos, os comportamentos e as instituições do contexto de que o indivíduo faz parte, podem ser descritos de forma que pode ser compreendido. Desta forma, o jovem interagindo com o grupo social e com o meio passa a interpretar e a assimilar comportamentos que, através da ação social, passa a articular as formas culturais coerentes e aceitáveis para uma vida em sociedade em consonância com o discurso social a ele apresentado.

Assim, os programas desenvolvidos pela PMMG no ambiente escolar, passam a funcionar como um mecanismo de controle de comportamentos antissociais, proporcionando aos indivíduos deste contexto interagirem culturalmente, conforme destaca Geertz (1989, p. 61) “[...] nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura [...]”.

Sendo assim, os programas ofertados pela PMMG à escola e à comunidade, preenchem o jovem com informações que levam a positivos valores morais e éticos, a fim de auxiliarem na construção da cidadania. E segundo Geertz (1989, p. 321), “[...] as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas”. E este acesso aos jovens no ambiente escolar, se dá por intermédio da parceria Escola, família e PMMG, para propiciar as interpretações necessárias na construção da cidadania.

Conforme Geertz (1989, p. 80-81) “um ser humano sem cultura seria, provavelmente, não um macaco intrinsecamente talentoso, embora incompleto, mas apenas uma monstruosidade totalmente sem mente e, em consequência, sem possibilidade de ser trabalhada”.

Para se analisar a cultura, precisa-se verificar em qual contexto ela encontra-se inserida para que se possa interpretá-la, pois a sua descrição densa decorre justamente daquilo que se pode ser compreendido de maneira mais simples dos fenômenos observados. Ou seja, a cultura possibilita ao indivíduo desenvolver habilidades que determinam a maneira como o indivíduo interage com o meio a sua volta, seja dissolvendo ou mantendo conceitos que lhes

foram passados através de suas origens e dos padrões culturais de forma a encontrar um sentido para os acontecimentos.

Nesta seção, verificou-se a visão teórica sobre Análise de Conteúdo e Interpretação das Culturas, dentro de um contexto qualitativo capaz de propiciar as interpretações dos discursos dos sujeitos desta pesquisa. A seção 5 abordará uma visão geral dos programas PROERD e do JCC.

## 5 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E PROGRAMA JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA

O objetivo desta seção é apresentar uma visão geral do PROERD e do JCC, objeto principal deste estudo técnico-científico, primeiramente, através de uma rápida explanação sobre suas concepções e expansões nos Estados Unidos, posteriormente pelo mundo, após pelo Brasil, em seguida no Estado de Minas Gerais. Também realizar um breve histórico de Carangola/MG, e, finalizando com a exposição sobre os programas na cidade de Carangola/MG.

### 5.1 Breve histórico e desenvolvimento do PROERD

Entende-se por PROERD um programa de política pública e de cooperação entre a Polícia Militar, a Escola e a Família, que tem por base o projeto *Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)*, criado nos Estados Unidos em 1983, sendo desenvolvido nas escolas públicas e privadas de educação básica em varias partes do mundo. Em 1992, foi trazido para o Brasil pelo Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro, chegando a Minas Gerais em 1997, e em 1998 na cidade de Uberlândia foi desenvolvido em caráter experimental, e a partir daí em outras cidades mineiras.

Atualmente, o programa encontra-se em desenvolvimento em todos os Estados do Brasil, sendo aplicado pelas suas respectivas Polícias Militares e reconhecido pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), como parceiro no desenvolvimento de ações preventivas ao uso e tráfico de substâncias entorpecentes.

Destaca-se em Minas Gerais (2010, p. 12), o objetivo geral do PROERD como sendo “dotar os jovens estudantes de informações e habilidades necessárias para viver de maneira saudável, sem drogas e violência, com observância das normas institucionais, filosofia do Programa e alinhados às políticas públicas estabelecidas”.

Assim, o programa busca levar aos jovens a conscientização necessária para o discernimento dos malefícios das drogas e dos comportamentos antissociais, fatos desagregadores de uma vida saudável e em harmonia com a sociedade.

Neste contexto os objetivos específicos do programa que se alinham a uma política de bem estar social, consubstanciados em Minas Gerais (2010), destacam-se dentre outros:

[...] Empoderar jovens estudantes com ferramentas que lhes permitam evitar influências negativas em questão afetas às drogas e à violência, promovendo os fatores de proteção e de suas habilidades de resistência.

[...]

[...] Permitir aos estudantes enxergarem os policiais como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento na confiança e humanização.

[...]

[...] Replicar informações de Políticas Públicas relacionadas à prevenção de drogas e violência.

[...] Abrir um diálogo permanente entre a “Escola, a Polícia Militar e a Família”, para discutir questões correlatas no eixo droga (MINAS GERAIS 2010, p. 12).

Deste modo, o programa mostra sua amplitude e alcance por ser desenvolvido no ambiente escolar em parceria com outras microinstituições sociais encarregadas de socializar o indivíduo e inseri-lo ao meio de forma a propiciar uma interação construtiva e evolutiva.

O PROERD é desenvolvido por policiais militares voluntários que passam por uma formação objetiva dentro de uma metodologia específica do programa, sendo as aulas ministradas por policiais militares fardados, que orientados por um livro especial buscam desenvolver, nos estudantes, de forma lúdica e através da sinestesia<sup>8</sup>, os conhecimentos necessários e as formas de resistência às drogas e à violência.

É realizado em parceria com as escolas das redes estadual, municipal e particular de ensino, sendo as lições em sala de aula, para alunos do 5º e 7º anos de escolaridade do ensino fundamental e também para os pais. Consiste na aplicação de 10 lições às crianças e adolescentes que estejam cursando as séries acima citadas, em encontros semanais, ao longo de um semestre letivo. Já para os pais consiste na aplicação de 05 lições.

A prática pedagógica do programa é a construção do conhecimento, ou seja, a facilitação ao conhecimento, através de aulas lúdicas, com brincadeiras e sinestesia, que fazem com que a criança aprenda e se conscientize dos males causados pelo uso de drogas e pela prática da violência, ensinando-as a como reforçar a autoestima, lidar com as tensões, resistir às pressões do ambiente, além de aprimorar o espírito de cidadania.

---

<sup>8</sup> Sensação secundária que acompanha uma percepção. Sensação em um lugar, devida a um estímulo em outro. Condição em que a impressão de um sentido é percebida como sensação de outro. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 06 jan. 2013).

## 5.2 Breve histórico e desenvolvimento do JCC

Entende-se por JCC a versão brasileira do *Youth Crime Watch* (YCW), programa criado nos Estados Unidos em 1979 a partir do Grupo de Observação Criminal da Flórida que qualificou um componente jovem para colaborar com a comunidade, sendo este programa conhecido como *Youth Crime Watch* (Jovens Contra o Crime), com caráter preventivo e educativo, e originou-se diante da indignação de moradores dos bairros de Miami, em decorrência de um estupro de uma adolescente de 12 anos.

No ano de 1979, nos Estados Unidos, após a implementação do JCC, observou-se a redução de problemas com drogas e de crimes de furto no interior das escolas americanas, além de mudança no comportamento dos jovens, os quais se tornaram mais participativos e desencadeadores de valores positivos no ambiente escolar com comportamento desejável para um cidadão pacífico e participativo no meio que está inserido. No ano de 1986 o YCW transformou-se no *Youth Crime Watch of América* (YCWA), uma organização sem fins lucrativos destinadas a incrementar o programa em todos os Estados Unidos.

O programa JCC chegou ao Brasil no ano de 1999, por intermédio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e foi adaptado em caráter cultural e institucional, com relação à orientação do programa apoiada por dirigentes de ensino, professores e pela comunidade. Em Minas Gerais, o Programa JCC foi inicialmente aplicado na cidade de Piumhi, onde um Policial Militar participou do treinamento para “orientador do JCC” no Estado de São Paulo, sendo que, em 2002, o programa foi apresentado pela primeira vez na cidade de Uberlândia/MG. Em 2005 em Minas Gerais, o programa é coordenado pela Polícia Militar, tendo como principais objetivos, conforme Minas Gerais (2010):

- a) criar um ambiente livre de crimes e drogas, por intermédio de um movimento liderado pelos próprios jovens;
- b) ressaltar a importância de boas atitudes, promover o valor cívico e estimular autoconfiança nos jovens;
- c) fazer com que os próprios jovens sejam os instrumentos de prevenção de crimes, de uso de drogas e da violência nas escolas e comunidades (MINAS GERAIS, 2010, p. 89).

Para o JCC ser implementado na escola, há a necessidade de sua aprovação, e em seguida, é formado o grupo principal para o início das atividades, sendo a primeira uma reunião de instalação e apresentação oficial para a escola e comunidade, oportunidade em que serão designadas as funções de cada um dentro deste grupo principal que se torna o responsável pelo desenvolvimento da dinâmica do programa na escola e na comunidade, além

de direcionarem as ações, sob orientação de um Policial Militar e de um conselheiro, que pode ser da escola ou da comunidade.

Dentro do programa, conforme é destacado no JCC – BRASIL (2008, p. 12), os jovens são os protagonistas das situações apresentadas no contexto do ambiente escolar, através de:

- i. demonstrações de que a solidariedade, filiação e parcerias são as respostas mais efetivas para as ameaças que requerem ações de mais de um indivíduo;
- ii. promoção do bom caráter e motivação dos jovens para uma postura responsável através da criação de um leque de atividades direcionadas a estimular a lideranças dos mesmos;
- iii. ajuda a população jovem a potencializar o desejo natural de ter um bom desempenho na escola, a ser respeitada e ter sucesso na vida (JCC – BRASIL, 2008, p. 12).

Para implementação das dinâmicas do JCC realizadas pelos jovens, têm-se os componentes principais, chamados pelo JCC – Brasil (2008), de componentes de ação, que podem ser adotados individualmente ou em conjunto e abrangerem não só o estabelecimento de ensino, mas também a comunidade, sendo que dentre eles, destaca-se: o relatório cidadão ou relatório de crimes e comunicações, patrulha de jovens, educação para a prevenção de crimes, drogas e violência, segurança no transporte a caminho da escola, orientação para quem necessitar, resolução de conflitos de forma pacífica, mediação para resolução de conflitos, ensino de colegas de idade variada e projetos de ação.

Durante o desenvolvimento do programa são realizadas reuniões onde se trata de assuntos referentes a projetos e campanhas que o JCC realizará ou dará apoio através de seus membros. Antes das campanhas os jovens são treinados e recebem os materiais e as informações acerca da missão, objetivos, metas, forma de atuação e distribuição das tarefas. No ambiente escolar os jovens trabalham na prevenção criminal e consumo indevido de drogas, além de realizarem ações para estimular hábitos saudáveis de vida.

Os objetivos específicos do programa, conforme JCC – BRASIL (2008), visam fomentar através de ações e participações do jovem no protagonismo juvenil a construção de sua cidadania, fazer do ambiente escolar e comunitário um local livre de comportamentos antissociais, da violência e das drogas:

- i. promover ações e colaborar para a criação de um ambiente escolar e comunitário mais saudável e harmônico, livre de drogas, crimes e violência, valorizando o exercício da plena cidadania;
- ii. desencadear um movimento de liderança juvenil, aproveitando a capacidade de criação e o protagonismo juvenil, na organização de eventos e

- disseminação de boas ações comportamentais no ambiente escolar e na comunidade, em prol de todos os cidadãos;
- iii. de forma objetiva, atuar na criação de condições favoráveis para que o jovem seja a solução dos problemas, ao invés de ser parte do problema;
- iv. desenvolver estudos, pesquisas e projetos nas áreas: educação [...];
- v. promover e fomentar ações de educação para a cidadania e respeito à dignidade do ser humano (JCC – BRASIL (2008, p. 1).

Através desse programa a PMMG, alia-se aos estabelecimentos de ensino e a comunidade ordeira, para em parceria realizarem um trabalho preventivo e protetivo, com a finalidade de se alcançar um ambiente onde todos se evoluam e que seja fomentado a construção da cidadania e o protagonismo juvenil.

Assim, os programas PROERD e o JCC, destinados a todas as classes sociais, servindo como anteparos de caráter preventivo e protetivo, atuando no ambiente escolar e nas comunidades, através da mobilização e conscientização dos jovens sobre os malefícios das drogas e no desenvolvimento de ações corretas de boa convivência, de cidadania e de envolvimento em comportamento antissocial<sup>9</sup>, a fim de que sejam fomentados os valores positivos, de autoestima para convivência social pacífica e socialmente compartilhada.

### **5.3 Localização e breve histórico de Carangola/MG**

A cidade de Carangola/MG está situada na encosta do Planalto Atlântico, a leste do Estado de MG, pertencendo à mesorregião da Zona da Mata e a microrregião de Muriaé, a 360 km de Belo Horizonte, Capital do Estado, compreende uma área de 353, 44 km<sup>2</sup>, uma altitude de 399 metros em relação ao nível do mar, com clima temperado, tipo subtropical de altitude, com temperatura media anual de 23,90 °C, índice médio pluviométrico anual de 1.047 mm, vegetação é natural caracterizada pela floresta tropical, prolongamento do planalto mineiro da Mata Atlântica, sua hidrografia pertence à Bacia do Rio Paraíba do Sul, tendo como principais rios o Rio Carangola e Ribeirão São Mateus, contando com 03 Distritos: Lacerdina, Alvorada e Ponte Alta de Minas.

A privilegiada posição geográfica polariza a atenção de aproximadamente 12 municípios circunvizinhos, dada a sua excelente estrutura de prestação de serviços, um

---

<sup>9</sup> Contrário às ideias, costumes ou interesses da sociedade; associal. Pessoa arredia de contatos sociais, transgressor das regras da vida em sociedade e da moral social (comportamento); que vai contra os interesses favoráveis a melhores condições sociais para os trabalhadores. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 08 jan. 2013).

significativo comércio, educação, saúde e turismo, além de um pequeno processo de industrialização, recebendo positiva influência da capital do Estado, do Rio de Janeiro e de Juiz de Fora.

Carangola é circundada pelos municípios de Divino, Espera Feliz, ao norte; Caiana, Espera Feliz e Faria Lemos a leste; Fervedouro e São Francisco do Glória a oeste; Pedra Dourada e Faria Lemos ao sul. A Padroeira da cidade é Santa Luzia, comemorada e festejada no dia 13 de dezembro.

Destaca-se em Carangola (2000), que a origem do nome da cidade de Carangola possui várias versões, porém a mais aceita é devido ao fato de haver em abundância “cará”, nome comum do inhame, no meio do capim de angola às margens do rio. O cará, pelo fato de estar misturado ao capim de angola, foi chamado de “Cará-Angola”. Depois se fundiram pelo uso as duas palavras, nominando a cidade de Carangola.

#### **5.4 PROERD na cidade de Carangola/MG**

O PROERD foi iniciado em Carangola/MG no primeiro semestre do ano de 2004, em 10 escolas da rede Pública Estadual, localizadas no perímetro urbano, e a primeira aula ocorreu na Escola Estadual Bairro Santo Onofre. Ao final do semestre de 2004 foram formadas 516 crianças. A formatura foi única para todos os formandos, na oportunidade houve a presença de diversas autoridades locais, com a cobertura da mídia.

A escolha das escolas foi em decorrência, principalmente, pelo alto índice de criminalidade local e pelos demais problemas detectados em seu corpo discente.

Antes de implantar o programa nas escolas, o militar instrutor do PROERD, levou ao conhecimento das diretoras que, após conhecerem a metodologia, os objetivos e o alcance do programa, aceitaram que ele fosse desenvolvido nos respectivos estabelecimentos de ensino.

O programa, após ser implantado na rede Pública de Ensino, também passa a atender as Escolas Particulares e aquelas que apresentavam menor índice de problemas afetos à segurança pública, principalmente ao tráfico e uso de drogas.

Nos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, o programa formou 2.573 alunos da rede de Ensino Pública Estadual, Municipal e da rede Particular. Já no ano de 2010 foram formados 542 alunos, e, em 2011 formaram-se pelo PROERD, 490 alunos.

Atualmente, o PROERD dispõe de uma Viatura Policial e de dois Instrutores para desenvolverem o programa, que alcança 482 crianças em 16 escolas participantes localizadas no perímetro urbano e rural do município de Carangola/MG.

Ressalta-se que a Prefeitura de Carangola/MG apoia o Programa durante o seu desenvolvimento e, principalmente, são parceiros para a organização e realização das formaturas.

### **5.5 JCC na cidade de Carangola/MG**

O Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC) iniciou-se em Carangola no segundo semestre do ano de 2009, quando foi aprovada a sua implementação na Escola Estadual Emília Esteves Marques, oportunidade que foi apresentado à escola e à comunidade, a composição do grupo principal com as suas respectivas funções.

Primeiramente, através do policial militar da 75ª Cia Esp PM, capacitado pela PMMG para atuar como orientador do programa nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada foi feita uma apresentação e uma explanação do programa e de seus objetivos, visando esclarecer a todos da comunidade e da escola, que o programa é um anteparo de cunho preventivo e protetivo, visando ao bem de todos e à melhoria na qualidade de vida de cada um.

Na ocasião, a escolha do estabelecimento de ensino, Escola Estadual Emília Esteves Marques, deu-se em virtude de escola ser a maior da cidade de Carangola/MG em número de alunos e de haver interesse por parte da direção da escola em manter essa parceria com a PMMG, de uma excelente receptividade e de interesse dos alunos em participar do programa, além do fato de a escola estar localizada em um bairro, Santo Onofre, com existência de um elevado número de registros de comportamentos antissociais, envolvendo o corpo discente, bem como envolvimento desses com substâncias entorpecentes, além de denúncias de tráfico de drogas nas principais ruas que dão acesso à escola.

Atualmente, no município de Carangola/MG, o JCC está presente em três escolas da rede estadual: duas no perímetro urbano, com a mobilização de 270 jovens nos grupos principais, e uma no Distrito de Ponte Alta de Minas, mobilizando no seu grupo principal 60 jovens.

Na seção 6, a seguir, será apresentada a metodologia utilizada para a realização da investigação proposta.

## 6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Na seção anterior, abordaram-se os conceitos dos programas PROERD e JCC, bem como se procurou situar e relatar um breve histórico da cidade de Carangola/MG, com ênfase na criação do PROERD e JCC, suas evoluções no mundo, no Brasil, em Minas Gerais até as suas implementações em Carangola/MG.

Esta seção tem como objetivo apresentar os critérios metodológicos adotados para realização deste estudo científico, os procedimentos, métodos e técnicas.

Assim o problema do estudo colocado foi investigar se os programas PROERD e JCC, tem efetivamente contribuído para a construção da cidadania de jovens nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola/MG. E essa imersão no ambiente escolar, permitiu um levantamento exaustivo das representações sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa de acordo com suas representações pessoais e coletivas.

Elaborou-se como hipótese orientadora do estudo se o desempenho dos programas PROERD e JCC nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola tem proporcionado condições favoráveis ao aumento da capacidade de intervenção dos jovens para serem protagonistas<sup>10</sup> juvenis e para prevenirem comportamentos antissociais.

Desta forma, o objetivo geral proposto neste trabalho foi o de verificar a importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nos estabelecimentos de ensino que participam dos programas localizados no perímetro urbano de Carangola/MG, e os objetivos específicos, examinar a relação entre as implementações dos programas PROERD e JCC, e a prevenção e a redução de comportamentos antissociais; investigar junto ao corpo docente, especificamente diretores, instrutores do PROERD, orientador do JCC e o Comandante da 75ª Cia Esp PM, a validade das implementações dos programas e da sua manutenção nas escolas de Carangola/MG.

Segundo Gil (2010), pesquisa é uma metodologia usada de forma racional e sistemática com a finalidade de proporcionar, ao final, resposta às indagações que foram feitas, e se classificam em exploratórias, descritivas e explicativas, além de que os ambientes onde ocorre a pesquisa são diversificados.

---

<sup>10</sup> Principal personagem de uma peça dramática. Pessoa que, de qualquer acontecimento ou qualquer obra literária, desempenha ou ocupa o primeiro lugar. (Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/michaelis>>. Acesso em: 08 jan. 2013).

Asseveram Marconi e Lakatos (2010), que uma pesquisa tem forma, busca a verdade e exige um tratamento científico.

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 43).

Na perspectiva de Sá (1998), uma pesquisa realizada através da observação de um fenômeno de representação social, aconselha-se que seja uma pesquisa exploratória, que possibilite ao pesquisador indagar aos sujeitos da pesquisa as perguntas que o próprio pesquisador se questionou quando do início de sua pesquisa.

[...] Se ele já tem alguma familiaridade com a vida cotidiana dos sujeitos e com a literatura acerca do objeto, fica mais fácil responder a essas perguntas. De qualquer forma, será sempre aconselhável observar o grupo, de preferência no âmbito de um estudo exploratório, através do qual as perguntas que o pesquisador se fez inicialmente possam ser feitas também aos prováveis sujeitos da pesquisa (SÁ, 1998, p. 51).

Assim, a pesquisa deste estudo é do tipo exploratório com vistas a permitir explicar o objeto pesquisado, através de uma análise multidisciplinar que no entendimento de Gil (2010), proporciona uma familiaridade com o problema, de forma que ele fique mais claro ou que permita a construção de hipóteses, além de ser flexível, pois considera diversos aspectos ligados ao objeto de estudo pesquisado.

Quanto à natureza dos dados desta pesquisa, trata-se de natureza qualitativa, visto que a realidade social continuamente está se modificando e o ser humano produz qualidade, sendo que o observado foi o conteúdo e a relação de troca entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador. Desta forma elaborou-se um roteiro para as entrevistas, contendo perguntas abertas, de forma a possibilitar liberdade de repostas e reflexão aos sujeitos da pesquisa sobre suas representações sociais, onde foram analisadas as informações e percepções dos sujeitos acerca do objeto de estudo.

Ressalta-se que entrevista, segundo Gil (2010, p. 102), “pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação ‘face a face’ e em que uma delas formula questões e a outra responde”. Assim, a entrevista semiestruturada e individual foi escolhida como a técnica principal utilizada neste estudo e, por ser um instrumento flexível para obtenção de dados, o tempo das entrevistas durou em média 35 minutos cada. Os sujeitos

desta pesquisa são todos adultos, com uma faixa etária média de 44 anos de idade e, na sua maioria, casados, a exceção de um viúvo, outro separado e outro solteiro.

As entrevistas foram realizadas de forma censitária, junto aos diretores das seis escolas onde os programas foram implementados, relativos aos anos de 2010 e 2011, no perímetro urbano de Carangola/MG, e também junto aos dois policiais militares instrutores do PROERD, ao policial militar orientador do JCC e ao comandante da 75ª Cia Esp PM, sendo as entrevistas realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados. Porém, antes das entrevistas, foi feita a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no apêndice “A”, informando e esclarecendo o sujeito da pesquisa de maneira que ele possa tomar sua decisão de forma justa, esclarecida, espontânea e sem constrangimentos sobre a sua participação.

Ressalta-se que, em relação aos conceitos doutrinários sobre o tema, foi realizado um levantamento bibliográfico, ou de fontes secundárias, para se obter um referencial teórico através de obras de autores contemporâneos, objetivamente relacionados ao tema estudado, pois segundo Gil (2010, p. 27), em uma pesquisa do tipo exploratória “a coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve: 1. Levantamento bibliográfico; 2. Entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto [...]”.

Na perspectiva de Marconi e Lakatos (2010), pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, trata-se de bibliografias existentes sobre o assunto com a finalidade de colocar o pesquisador em contato o que já foi publicado sobre o assunto de forma a lhe permitir explorar novas áreas, podendo ser considerada como um primeiro passo de toda pesquisa científica.

Asseveram ainda tais autores (2010, p. 44), que a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente”. Assim, foram verificadas diretrizes e documentos relacionados ao assunto, além de literaturas correlatas bem como pesquisa de campo com aplicação de entrevista semiestruturada e individual.

Os dados da pesquisa podem ser obtidos através de documentação direta e a indireta, sendo que a direta pode ser através da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório, e ambas, segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 43), podem utilizar “técnicas de observação direta intensiva (observação e entrevista) e de observação direta extensiva (questionário, formulário, medidas de opinião e atitudes técnicas mercadológicas)”.

Assim, os dados deste estudo foram obtidos através da técnica de documentação direta com levantamento no próprio local onde a pesquisa foi realizada e onde ocorre o

fenômeno estudado, através de pesquisa de campo, utilizando-se de técnicas de observação direta intensiva por meio de entrevistas e utilizando-se entrevistas individuais com os sujeitos diretamente relacionados com os objetivos da pesquisa.

Frisa-se que o tratamento do material obtido através das entrevistas e da observação do comportamento dos entrevistados durante as entrevistas, sob o foco das representações sociais, discurrida neste estudo na seção n. 03, foi combinado com a técnica de análise de conteúdo, tratada na seção n. 04, para sua interpretação e analisado sob a metodologia qualitativa, pois segundo Sá (1998), esta combinação é um recurso metodológico de suma importância na pesquisa de representações sociais, sendo primado à qualidade das perguntas feitas, onde se iniciou com perguntas de cunho concreto e relacionadas com as experiências do cotidiano dos entrevistados para, a partir daí, passar para outras perguntas que envolveram reflexões mais abstratas e julgamentos, mas tudo relacionado ao tema da pesquisa, sendo que quando necessário fez-se a interferência pelo pesquisador.

Desta forma, tendo em vista que as entrevistas foram semiestruturadas e individuais, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Espontâneo (TCLE), dos sujeitos da pesquisa, conforme consta no apêndice desta pesquisa. As perguntas foram separadas por blocos, sendo o bloco 1 as escolas, o 2 dos militares instrutores do PROERD e do orientador do JCC e o 3 do comandante da 75ª Cia Esp PM.

Nesta pesquisa, utilizou-se o método indutivo visto que partiu-se de uma observação particular para inferir uma verdade geral, passando pelo raciocínio e por indícios percebidos nas entrevistas de uma realidade por elas reveladas, pois se colocou a pergunta norteadora desta pesquisa, indagando se os programas, PROERD e o JCC têm efetivamente contribuído para a construção da cidadania de jovens nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola/MG, comparando-se os dados obtidos com as teorias que existem sobre o tema, pois conforme Marconi e Lakatos (2010), toda ciência tem os métodos científicos e tem uma abordagem mais ampla, classificando-se esses métodos em dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

As informações sobre os programas PROERD e JCC foram coletadas através da técnica de documentação indireta, em que, através de fontes primárias, se investigou documentos no âmbito da PMMG que tratam sobre o desenvolvimento dos programas e a respeito da doutrina de Polícia Comunitária. E, neste contexto, destaca-se a Diretriz Para a Produção de Serviços de Segurança Pública, nº 3.01.01/2010 – CG, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, a Diretriz Para a Produção de Serviços de Segurança Pública, nº 3.01.04/2010 – CG, que regula a aplicação do Programa Educacional

de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais, a Diretriz Para a Produção de Serviços de Segurança Pública, nº 3.01.06/2011 – CG, que regula a aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Os roteiros das entrevistas aplicadas aos sujeitos da pesquisa se encontram nos apêndices “B”, “C” e “D” do presente estudo. Os dados conseguidos foram analisados qualitativamente, utilizando-se do embasamento teórico de representações sociais, análise de conteúdo e interpretação das culturas.

Finalizada, nessa seção, a apresentação da metodologia adotada, passaremos à análise e à interpretação dos dados obtidos por meio das respostas das entrevistas realizadas na seção 7.

## **7 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA**

Na seção 6 desse trabalho, foi abordada a metodologia utilizada para a elaboração da pesquisa realizada e para interpretar os dados obtidos durante a mesma, através de entrevistas semiestruturadas e individuais, onde se buscou verificar a representação social, a análise de conteúdo e a interpretação sócio-cultural do material coletado.

Esta seção tem por objetivo verificar a pertinência da fundamentação teórica selecionada para explicitar o tema deste trabalho com as informações reunidas na caracterização do objeto de estudo, verificada na seção 5, e a validação da hipótese formulada para orientar esta pesquisa.

### **7.1 Caracterização dos elementos da pesquisa**

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas individuais, aplicadas nos locais onde os fenômenos ocorreram, e de forma censitária, pois incluíram todas as escolas onde os programas PROERD e JCC foram implementados nos anos de 2010 e 2011, na cidade de Carangola/MG, abrangendo seis Escolas, sendo quatro da Rede Pública Estadual, uma da Rede Pública Municipal e uma Particular, totalizando assim 6 Diretores entrevistados, bem como 2 Policiais Militares Instrutores do PROERD, 1 Policial Militar Orientador do JCC e 1 Policial Militar Comandante da 75ª Cia Esp PM, num total geral de 10 entrevistados.

Das seis escolas estudadas, duas encontram-se localizadas no bairro Centro da cidade de Carangola/MG, sendo uma constituída de dois pavilhões distribuídos em um andar no terreno, ligados com uma passarela. A outra, de dois pavilhões distribuídos em dois andares, ligados por uma passarela, onde funciona do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental.

Há no bairro Santo Onofre outra escola, sendo constituída de três pavilhões distribuídos em um andar no terreno, ligados por passarela, e esta escola encontra-se em processo de ampliação com a construção de mais dois pavimentos distribuídos em dois andares que, segundo a direção, faz-se necessária devido à localização da escola próxima ao Rio Carangola e, por isso, vulnerável às enchentes sazonais. Nessa escola são aplicadas aulas do sexto ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a partir de 2012, também o curso técnico em informática.

No bairro Chevrard, localiza-se uma escola constituída de dois pavilhões distribuídos em um andar no terreno onde funciona do pré-escolar ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Tem-se uma escola localizada no bairro Coroad, constituída de dois pavilhões distribuídos em um andar no terreno, ligados com passarela, onde são ministradas aulas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, e, a partir do ano de 2013, funcionará o 6º ano de escolaridade e o EJA para atender à comunidade local, devido ao fato de ser um dos bairros mais afastados do centro da cidade de Carangola/MG.

No bairro Triângulo, localiza-se a escola particular, constituída de três pavimentos distribuídos em três andares no terreno, onde funciona do maternal ao 3º ano do Ensino Médio.

Todas as escolas encontram-se em boas condições de conservação e de infraestrutura e, com exceção da escola particular, as demais fornecem alimentação de boa qualidade e com variedade aos alunos. Acrescenta-se que trinta por cento da verba destinada à aquisição de alimentos são adquiridos da agricultura familiar para incentivar os pequenos produtores regionais. Também, das seis escolas pesquisadas, apenas uma contou com o JCC, e as demais somente com o PROERD, devido às características e a metodologia dos programas, além do público a que se destinam.

Os sujeitos entrevistados da pesquisa, tanto da área da Educação quanto da área da Segurança Pública, afirmaram que conhecem a metodologia dos programas PROERD e JCC, sabem seus objetivos, e que atuaram nas Escolas e na Segurança Pública, respectivamente, entre os anos de 2010 e 2011, no município de Carangola/MG.

Os policiais militares entrevistados, tanto os instrutores do PROERD quanto o orientador do JCC, além de desenvolverem tais programas nas escolas, realizam palestras e participam de atividades extras de Polícia Comunitária, são também utilizados para realização de outras atividades afetas ao policiamento, podendo destacar o empenho em policiamento com viaturas de quatro e de duas rodas e de policiamento em eventos.

A pesquisa de campo foi dividida em três etapas, sendo que a primeira constituiu-se em um contato individual por parte do pesquisador com militares da 75ª Cia Esp PM, a fim de que os militares levassem ao conhecimento das escolas que desenvolveram os programas nos anos de 2010 e 2011, no perímetro urbano de Carangola/MG, o tema da pesquisa proposta e se tais estabelecimentos de ensino aceitavam espontaneamente participar do objeto de estudo.

Foi feito, na segunda etapa, contato do pesquisador com os militares Instrutores do PROERD, com o Orientador do JCC e com o militar Comandante da 75ª Cia Esp PM, com

intuito de dar-lhes conhecimento sobre o tema proposto para esta pesquisa e verificar se aceitavam participar e contribuir de forma livre e espontânea da mesma.

A terceira etapa constituiu-se em um contato pessoal do pesquisador com todos os sujeitos da pesquisa, Diretores das Escolas e Policiais Militares, oportunidade em que todos tomaram ciência e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E, nesta ocasião, realizaram-se as entrevistas individuais, que foram divididas em blocos e feitas diretamente com o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, que transcreveu as suas falas, bem como anotadas as observações e variações de comportamentos frente a cada pergunta. Essa abordagem metodológica encontra-se mais detalhada na seção 6 deste estudo.

## **7.2 Análise dos dados da pesquisa**

Observou-se que em todas as escolas pesquisadas, tanto as da rede pública quanto a da rede particular, por escolha própria, após serem procuradas pelos instrutores e orientadores, representantes da PMMG para a implementação dos programas PROERD e JCC, anteparos de proteção e de prevenção de comportamentos antissociais, às drogas e à violência, ao se cientificarem da metodologia dos programas, aderiram às suas implementações nos respectivos estabelecimentos de ensino nos anos de 2010 e 2011, de forma espontânea.

No processo de representação social e da análise de conteúdo, constatou-se em 5 escolas das 6 estudadas, a ocorrência de episódios de violência e outros comportamentos antissociais, corroborando com Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), que asseveram que cada vez mais se torna comum as práticas delitivas cometidas por jovens, sendo esses comportamentos prejudiciais à construção da cidadania, e da relação ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino.

Com exceção da escola privada, que afirmou que “Não existem comportamentos antissociais, por ser uma escola particular do interior e com número reduzido de alunos, felizmente temos um ambiente saudável” (informação verbal)<sup>11</sup>, em duas escolas verificou-se que há brigas e o desentendimento verbal ou físico entre alunos. Em outras três, o que se percebeu foi o desrespeito aos servidores da escola e o confronto com eles e, entre os alunos, frisando a fala de um dos entrevistados que expôs uma indagação, “Agora, de onde vem o

---

<sup>11</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador, em dezembro de 2012.

instinto violento? Será consequência da mídia, da ausência da família, da carência afetiva. É preciso refletir e repensar” (informação verbal)<sup>12</sup>.

Os policiais militares entrevistados perceberam a violência e os comportamentos antissociais nas escolas e, em consequência, o prejuízo que causam na construção da cidadania dos jovens. No entanto, um deles disse que, de certa forma, se comparada com outras escolas do país, as escolas de Carangola/MG, encontram-se dentro de um nível de tolerância. Outro policial militar afirmou que “A falta de formação no ambiente familiar atinge diretamente a mentalidade da criança, refletindo em mau comportamento nas escolas” (informação verbal)<sup>13</sup>. Corroborando com esta percepção, outro militar entrevistado assevera que

os problemas que resultam em casos de violência são pontuais, envolvendo crianças/adolescentes reincidentes, sendo que na maioria deles são oriundos de famílias desestruturadas, em que não há o acompanhamento devido dos pais/responsáveis, de forma que é possível pontuar os casos, identificando os envolvidos para acompanhamento pós-sinistro (informação verbal)<sup>14</sup>.

Desta forma, percebe-se que os comportamentos antissociais e a violência nas escolas, que na ótica de *Olivieriet al.* (2006), caracteriza a banalização da violência através da mídia, são o reflexo, na maioria dos casos, na percepção dos sujeitos da pesquisa, de uma desestrutura das famílias, que têm deixado para as escolas resolverem esses conflitos, o que tem transformado as escolas num depósito de conflitos geridos e oriundos de um contexto social capitalista, consumista e imediatista.

Segundo Giddens (1991), políticas privilegiadas são aquelas de caráter econômico em detrimento às de caráter de formação social dos jovens, o que prejudica a construção da cidadania, pois sua socialização primária não foi suficiente para os indivíduos se capacitarem a agir com coerência e dentro dos parâmetros aceitáveis para uma vida em comunidade e em evolução constante, uma vez que os pais, na procura de ofertarem conforto e até mesmo garantir a sobrevivência dos filhos, não priorizam relações onde haja mais afeto, diálogo e entendimento nas relações dentro do lar, o que faz o jovem reproduzir nas outras microinstituições sociais, dentre elas a escola, aquilo que vivenciou dentro do núcleo familiar.

Verifica-se que, de acordo com a fala de um sujeito da pesquisa, diretor da escola particular, que as famílias que lá matriculam seus filhos, apresentam-se com uma estrutura familiar mais alicerçada em valores éticos, com os princípios de cidadania, onde os deveres e

<sup>12</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>13</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>14</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

obrigações são concedidos e cobrados a cada um, refletindo isso nos jovens oriundos desta socialização primária.

Assim, para minimizar os impactos sociais e auxiliar na promoção e na construção da cidadania, o PROERD e o JCC são ofertados à comunidade, de forma a interceder e a somar com a escola na construção de valores éticos, morais e sociais, com vistas a prevenir e proteger contra a violência e contra os comportamentos antissociais e para resgatar os laços afetivos com a família, local de socialização primária na perspectiva de Motta e Vasconcelos (2002), que é um microcosmo que repassa e impregna os valores socioculturais da sociedade nos seus integrantes, além de ser a principal articuladora deste processo de construção da cidadania, visto que é onde o indivíduo nasce e adquire suas primeiras noções de socialização e de compartilhamento de suas emoções, conquistas, frustrações e evolução.

Em todos os estabelecimentos de ensino estudados, há um livro próprio destinado a registrar a ocorrência de violência e de comportamentos antissociais, que, quando ocorrem tais episódios, primeiramente lavra-se o ocorrido no livro, acionam os pais ou responsáveis e, a partir daí, caso o quadro evolua, são acionados outros órgãos, dentre eles os militares do PROERD e do JCC, o Conselho Tutelar, o Ministério Público e a Polícia Militar, até que o episódio se resolva dentro da legalidade e com o mínimo de prejuízo, seja, para a escola, para o aluno ou para os pais ou responsáveis. Exceção feita à escola particular que afirma que tem o livro para os registros, mas “Caso aconteça algum comportamento antissocial, o aluno é encaminhado para o atendimento de Orientação da Escola, registra-se a ocorrência e, se necessário, chamamos a família” (informação verbal)<sup>15</sup>. Ou seja, esta escola procura resolver os seus episódios de violência e comportamentos antissociais sem a interferência externa.

Ressalta-se que apenas uma das escolas pesquisadas, pertencente à rede pública estadual, para a solução de conflitos, tem um psicólogo para tratar do assunto.

Por meio do Programa Saúde da Escola, contamos com o trabalho de um psicólogo que atende os alunos que apresentam comportamentos indisciplinados recorrentes, dentro e fora da sala de aula e realiza palestras educativas para os pais e professores da escola (informação verbal)<sup>16</sup>.

Constata-se que com exceção da escola particular, as demais já utilizam os programas PROERD e JCC, como anteparos de auxílio na resolução dos episódios de violência e comportamentos antissociais, e que o acionamento do policiamento através do telefone 190 para o comparecimento da viatura policial ocorre só em casos extremos.

<sup>15</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>16</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Quanto à presença da polícia ela é acionada em caso de roubo ou quando os alunos ou pais confrontam professores e funcionários de forma mais agressiva, tendo por referência o artigo 331 do Código Penal, do Decreto Lei 2848/40, Artigo 331, desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena, detenção de seis meses a dois anos ou multa (informação verbal)<sup>17</sup>.

Percebe-se que este sujeito da pesquisa cita na íntegra a capitulação do crime de desacato e a pena prevista, devido ao acontecimento ser mais frequente nesta escola e segundo a diretora, um dos fatos que levam a isso é a origem dos estudantes, pois na sua maioria são provenientes de famílias desestruturadas e desagregadas, além de residirem em bairros periféricos desprovidos de políticas sociais, onde tiveram sua socialização primária deficitária, que na visão de Coll, Palacios e Marchesi (1985), o processo de socialização é uma interação entre a criança e seu meio, e depende das características das pessoas envolvidas e de como os agentes sociais se comportam.

Nota-se que para resolver os episódios de violência e comportamentos antissociais, as escolas buscam solucioná-los sem a interferência e o apoio da viatura policial, buscando o apoio dos militares do PROERD e do JCC. E somente em casos de situações de maior repercussão dentro da comunidade escolar é que acionam os demais órgãos de Defesa Social para auxiliarem na solução dos crimes.

Destaca-se na fala de um dos policiais militares que as escolas solicitam a presença permanente de policiais fardados disponíveis durante o seu período de funcionamento, mas que não há como atender, “devido à escassez de efetivo” (informação verbal)<sup>18</sup>.

A presença dos policiais militares instrutores e orientador dos programas no ambiente escolar reflete o papel educativo e socializador dos programas, com caráter de proteção e prevenção, que, na perspectiva de Souza (2005), há a necessidade de implementação de programas de cunho protetivo para os jovens.

Com isso, a presença dos policiais na escola contribui para a fomentação de comportamentos sociais aceitáveis, auxilia na socialização secundária em parceria com a escola, quando da realização das ações voltadas para a metodologia dos programas, além de funcionar como um inibidor de comportamentos antissociais, de uso de drogas e de violência.

Nota-se na fala dos militares Instrutores do PROERD e do militar Orientador do JCC, que quando são acionados para atuarem em decorrência de comportamentos antissociais

---

<sup>17</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>18</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

no ambiente escolar, suas condutas são pautadas nos aconselhamentos verbais, no diálogo, nos exemplos, na participação das famílias, dos professores e do Conselho Tutelar. E para adoção de medidas policiais, conforme o episódio, cita um deles, que “precisa haver jogo de cintura para não causar resistência dos jovens e nem para prejudicar a proximidade com eles, e para bem desenvolver o programa. Quando há ocorrência de crimes adoto as primeiras medidas e depois aciono a viatura policial” (informação verbal)<sup>19</sup>.

Embora não tenha sido o objetivo do estudo, observa-se a representação social na figura dos Policiais Militares, sejam os instrutores ou o orientador dos programas, que além de serem instrumentos de cidadania, também se tornam importantes na prevenção de delitos imediatos que poderiam ocorrer no ambiente escolar.

Percebe-se na fala dos diretores que consideram como sendo causas primárias dos episódios de violência e comportamentos antissociais dentro da escola, a história de vida dos alunos, que são marcadas por desamor, violência, exclusão social, problemas familiares, como carência afetiva e econômica, meio onde o jovem mora, convive e faz amigos, valores básicos deixados de lado, mídia com notícias diárias sobre violência. Fatos que, segundo Santos (2001), interferem na cidadania, pois ela implica em vários direitos e envolve diversas instituições, sendo também produto de histórias sociais diferenciadas e contempladas por diferentes grupos sociais.

Apenas uma escola dentre as estudadas, além de corroborar o que as demais mencionaram, acrescentou a questão de professores despreparados.

Temos professores despreparados para lidar com alunos oriundos de famílias sem estrutura afetiva e econômica. Por isso nossos professores também são convidados a conversar com a psicóloga. A escola se propõe em seu âmbito pedagógico, resgatar a autoestima destes alunos e oferecer, além do conhecimento acadêmico, profissionais bem preparados, acolhida e credibilidade em sua capacidade de aprender (informação verbal)<sup>20</sup>.

Assim, percebe-se que a exclusão social, a falta de políticas sociais que proporcionem ao jovem capacidade de desenvolvimento integrado com a comunidade e com a construção da cidadania são fatores que, aliados à desestrutura da família e a professores despreparados, podem ser considerados como causas primárias dos episódios de violência e de comportamentos antissociais dentro da escola.

Esse fato merece destaque, pois sem o comprometimento de todos os segmentos da sociedade organizada, a família, a escola e a mídia, dentre outras, a construção da

<sup>19</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>20</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

cidadania fica prejudicada, pois conforme destacou uma diretora da escola pública municipal, “as crianças reproduzem o que elas vivenciam. Assim sendo, a causa primária é o comportamento dos pais e familiares dentro de casa e das pessoas em geral no ambiente social em que vivem” (informação verbal)<sup>21</sup>.

Corroborando esta fala, o discurso da direção da escola particular que afirma que em sua escola não há registro de violência, e que os “Comportamentos antissociais frequentemente tem ligação com a falta de estrutura familiar, não sendo regra, mas indícios de que algo na família não está bem” (informação verbal)<sup>22</sup>.

Percebe-se nas entrevistas que a família, lugar de socialização primária, está desestruturada e deficitária, sendo apontada por todos como causa primária dos episódios de violência e de comportamento antissociais dentro da escola, o que mostra que a escola, nesse caso, funciona como um desaguadouro dos problemas surgidos e acumulados dentro da família, e que ela, cumprindo o seu papel social, busca intervir nessa situação, formando parcerias, destacando-se aqui com a PMMG, através dos programas PROERD e JCC, anteparos de fomentação de valores socialmente desejáveis. Na visão de Jodelet (2005), essa representação tem grande diversidade de raciocínios, imagens e informações que forma um todo coerente. E, segundo Geertz (1989), nesta questão de interação não basta apenas falar, mas falar apropriadamente nas situações sociais também apropriadas.

Destaca-se na fala dos sujeitos da pesquisa que as escolas, segundo Bock, Furtado e Teixeira (2007), apresentam-se como uma instituição social de mediação entre o indivíduo e a sociedade, para prevenirem e enfrentarem os episódios de violência e de comportamentos antissociais) realizam e incentivam palestras, não só com a presença dos alunos, mas também com a participação dos servidores da escola e dos membros da família, fomentam o diálogo, o respeito, os exemplos de valores morais e éticos, o desenvolvimento de projetos, a fomentação nos jovens do protagonismo juvenil. Tal fato se percebe na fala da direção de uma escola estadual que “considerando o aluno como agente primário na mudança de comportamento, só o comprometimento dele com ele mesmo pode mudar a sua história de vida, por isso a escola tem investido no aluno tentando tornar o aprendizado um processo de encantamento” (informação verbal)<sup>23</sup>.

Dentre os projetos desenvolvidos nas escolas foi citado o PROERD e o JCC para os alunos e seus familiares, mostrando assim que a PMMG está aliada com a escola na

---

<sup>21</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>22</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>23</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

prevenção desses episódios e que esses programas traduzem em mais consciência e construção da cidadania dos jovens, à medida que internalizam positivos conceitos e valores morais e éticos além de desenvolverem o protagonismo juvenil, onde o jovem busca ser a solução para os problemas que ele enfrenta ao invés de ser parte do problema. Corroborando com Trojanowicz e Bucqueroux (2003), que asseveram sobre o trabalho conjunto da polícia e comunidade para elegerem as prioridades para interferência e refletir numa melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Dentro deste contexto, há a fala dos policiais militares entrevistados que afirmam que a prática pedagógica e o ensino dos fundamentos dos programas PROERD e o JCC são desenvolvidos no ambiente escolar e na maioria das vezes dentro da sala de aula, onde há a facilitação do conhecimento através de aulas lúdicas, desenvolvimento de campanhas e projetos, palestras, tudo com associação espontânea dos jovens.

Assim, conforme assevera Souza (2005), sobre a importância de implementação de políticas que contemplam programas de caráter preventivo, a fala dos sujeitos da pesquisa afirmam que os programas desenvolvidos pela PMMG no ambiente escolar buscam reforçar a construção da cidadania, o protagonismo juvenil e a prevenção ao uso de drogas e da violência na solução dos conflitos. Destaca a fala de um sujeito da pesquisa que reporta que “No ambiente escolar o jovem trabalha na prevenção criminal e ao consumo indevido de drogas, realiza ações de estímulo de hábitos saudáveis, reforça a autoestima, aprende a lidar com as tensões, além de aprimorar o espírito de cidadania” (informação verbal)<sup>24</sup>.

Percebe-se ainda na fala de um sujeito da pesquisa que após a implementação dos programas PROERD e o JCC, tanto a comunidade escolar quanto a sociedade de Carangola/MG receberam impactos positivos e constataram melhora no comportamento dos jovens, o que fez gerar alta demanda por parte das escolas que ainda não foram contempladas com os programas, no sentido de pleitearem que os programas fossem realizados também em suas escolas. Mas o número limitado de policiais instrutores e orientadores dos programas não possibilita o atendimento dessa demanda.

Os impactos recebidos são os melhores possíveis, de sorte que hoje todos as escolas desta cidade procuram a PMMG, solicitando que tanto o PROERD e JCC sejam mantidos todos os anos ou iniciados, naquelas onde não foi possível estabelecer, devido à grande demanda e número limitado de policiais para os referidos Programas (informação verbal)<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>25</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Observa-se que, após a implementação nas escolas dos programas PROERD e o JCC, ocorreram mudanças na rotina escolar. Os sujeitos da pesquisa representantes das escolas destacam a redução da violência e de comportamentos antissociais no ambiente escolar, bem como a redução de atitudes de confronto entre os alunos, havendo mais respeito, conforme percebe-se na fala da direção de uma escola pública estadual.

No turno da manhã está concentrado um número significativo de alunos que apresentam atitudes de confronto e percebemos que, de forma gradativa, estamos conseguindo resgatar estes alunos por meio de conversas individuais e palestras e alguns deles já estão interagindo de forma positiva com os professores, colegas, funcionários e familiares (informação verbal)<sup>26</sup>.

Tais programas funcionam como formadores de opinião, asseverado por um sujeito da pesquisa que “os programas são extremamente importantes no âmbito escolar, funcionam como formadores de opinião” (informação verbal)<sup>27</sup>.

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (2007), a escola constitui um importante local de troca, de obtenção de informação e de aprendizado. Prepara o jovem para viver no mundo adulto. Além de despertarem nos alunos que ainda não estão incluídos nos programas devido às séries em que se encontram, não serem contemplados, o interesse e a expectativa de serem alcançados pelos programas para suas efetivas participações no processo, conforme assevera na fala de um representante de uma escola que “houve mudança na rotina escolar para melhor e a ânsia dos alunos de chegarem ao ano de escolaridade devido, para participarem dos programas” (informação verbal)<sup>28</sup>.

Nota-se que após a implementação dos programas nas escolas, por serem desenvolvidos por policiais militares fardados, houve uma maior aproximação entre alunos e a PMMG reforçando os laços de confiança e respeito mútuo, conforme se destaca em uma fala dos sujeitos da pesquisa, demonstrando a representação social por parte desta interação: “O fato dos instrutores serem policiais traduz para o aluno a segurança e a credibilidade dos ideais propostos” (informação verbal)<sup>29</sup>. E, esta parceria com a escola contribui para a construção da cidadania dos jovens ao inculcar neles valores éticos, morais e de vida em sociedade.

Assim, constata-se que houve redução dos comportamentos antissociais e da violência no ambiente escolar após a implementação dos programas, que se mostram como

<sup>26</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>27</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>28</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>29</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

anteparos sociais de caráter protetivo e preventivo dentro das representações sociais observada nos sujeitos da pesquisa. Pois segundo Moscovici (2011), as representações sociais dão forma e restauram a consciência coletiva, explicando os acontecimentos e tornando-os acessíveis àqueles com os mesmos interesses.

Percebe-se que as escolas afirmam que havendo a quebra da continuidade dos programas no ambiente escolar, poderá ocorrer a perda do elo que tais programas permitem, entre a família, escola, polícia e a comunidade, diminuindo a existência e ocorrência de episódios de violência e comportamentos antissociais, segundo a fala de um representante de uma escola da rede pública estadual, que “os problemas diminuíram, mas recebemos novos alunos o ano todo por isso toda intervenção tem que ser processual” (informação Verbal)<sup>30</sup>.

Segundo Geertz (1989), a cultura vista como mecanismo simbólico é passada e tem impacto no homem, visando o controle do comportamento. Assim, caso haja a quebra da continuidade dos programas, poderá haver uma interrupção na transmissão dos símbolos e das mensagens que os programas emitem aos jovens, prejudicando o caráter contínuo da construção da cidadania, pois conforme asseveram os sujeitos da pesquisa, tais programas funcionam como multiplicador de opiniões.

Destaca-se nas escolas pesquisadas que entre os anos de 2010 e 2011, todas elas contaram com os programas PROERD e o JCC no sentido de fomentar a cidadania dos jovens e prevenir a violência e os comportamentos antissociais, sendo que em duas delas também ocorreram outros programas que visavam à valorização dos alunos, como aula de karatê, judô, dança, pintura, além de destacar que em uma dessas duas escolas, foi desenvolvido o projeto Escola em Tempo Integral, com o objetivo de tirar o aluno das ruas, sendo que a sua metodologia é trabalhar a grade curricular com ações voltadas para a formação do aluno, seja no campo humano e na sua inserção social.

A presença de programas que funcionam como anteparos sociais na prevenção de comportamentos antissociais nessas escolas, evidencia e confirma a preocupação que as escolas apresentam no resgate para os seus jovens alunos dos valores positivos de uma cidadania plena e operativa, onde o jovem se torne realmente o protagonista de sua história de vida.

Desta forma percebe-se que os programas PROERD e JCC no universo pesquisado, seis escolas, apenas duas delas contaram com outros programas além dos disponibilizados pela PMMG, e que a contribuição para a construção da cidadania dos jovens

---

<sup>30</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

nas escolas, através desses programas é de caráter valioso, visto que a escola a todo tempo recebe novos alunos oriundos de diversas famílias com os mais variados problemas, seja estrutural, financeiro e afetivo, sendo que esses novos alunos tendem a reproduzir o que vivenciam em seus lares. E, segundo Tiba (2005), a criança faz o errado por imitação, e as consequências dos atos são absorvidas pela família num todo. Ou seja, um exemplo errado, gera comportamento errado que desembocará na sociedade e surtirá os efeitos danosos de forma exponencial.

Nota-se também que as escolas procuram a continuidade dos programas ofertados pela PMMG, para que esta parceria surta efeitos como tem surtido de forma que diminuam os episódios de conflitos e comportamentos antissociais e caso haja a interrupção desses programas pode haver um retrocesso do que foi até então conseguido. Pois segundo Moscovici (2011), este *status* simbólico estabelece vínculos e constrói imagens de forma coerente dentro da integridade do grupo que estabeleceu esta representação social.

Verifica-se que com exceção de uma escola, as demais pesquisadas, realizaram atividades culturais e sociais entre os anos de 2010 e 2011, de forma a fomentar a cidadania e o protagonismo juvenil, contando com participação muito expressiva dos alunos, desde a organização dos eventos até a sua consolidação, sendo que os alunos se mostraram motivados, entusiasmados, além de grande expectativa para a concretização dos mesmos, e a repercussão foi expressiva e muito boa, tanto na escola quanto nas famílias dos alunos, pois essas atividades culminaram por desenvolver o protagonismo dos jovens em diversas ações. Ressalta-se que nesses eventos também ocorrem a participação do corpo docente das escolas que se somam aos alunos, pais e comunidade para que esses eventos aproximem cada vez mais a comunidade escolar da sociedade, e promova a construção da cidadania.

Percebe-se a importância de manter os programas PROERD e o JCC na construção da cidadania e no processo de formação dos jovens, como destaca-se na fala de um representante de uma escola pesquisada, “que os programas atuam na formação dos alunos, não atua como um projeto que tem ações limitadas, eles atuam como agente de transformação e formação de nossos jovens e adolescentes” (informação verbal)<sup>31</sup>. Corroborada por outra escola que afirma que os programas “são importantíssimos, pois os alunos são apaixonados pelas aulas e os instrutores que atuam em nossa escola são comprometidos, responsáveis, dedicados e criativos” (informação verbal)<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>32</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Desta forma assevera ainda outra escola sobre esta importância dos programas, pois funcionam como alicerce cognitivo e de influência nos comportamentos dos jovens dentro e fora do contexto do ambiente escolar.

Os programas são como um alicerce cognitivo e comportamental, uma vez que alerta nossos jovens sobre o perigo embutido no consumo de drogas lícitas e ilícitas, além de influenciar na formação do caráter destes jovens por meio de aulas e debates sobre a importância dos valores morais e éticos e no reconhecimento de seus direitos e deveres para terem autonomia e oportunidades de desenvolver sua cidadania por meio de ações construtivas e responsáveis (informação verbal)<sup>33</sup>.

Esta importância em se manter os programas para a construção da cidadania, segundo Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), precisa ser uma constante na sociedade para o respeito aos direitos humanos e a igualdade entre os cidadãos e constantes adaptações às mudanças sociais. E nesta ótica destaca-se na fala de outro sujeito da pesquisa, quando menciona que os programas abordam de forma descontraída, assuntos de grande importância como o exercício da cidadania e o perigo das drogas.

A relevância do projeto está na abordagem lúdica de temas que vêm causando transtornos à convivência em sociedade. E a aplicação dos programas nas escolas vem ao encontro da necessidade de tão cedo se falar e, alertar os jovens estudantes sobre o perigo das drogas (informação verbal)<sup>34</sup>.

Desta forma, destaca-se também a fala de um representante de outra escola que cita que “Os programas são positivos, atraentes por ser algo externo falando a mesma linguagem da Escola. É necessário que sejam mantidos como parte integrante do Processo” (informação verbal)<sup>35</sup>. Corroborada com outra escola que menciona a “importância da continuidade e da extensão dos programas a todas as séries escolares, além de que a cidadania só existe quando fornecemos ao indivíduo condições para exercê-la” (informação verbal)<sup>36</sup>.

Frisa-se a preocupação das escolas para que não ocorra a descontinuidade dos programas, pois assevera uma delas que tal fato constitui-se em um grande problema no Brasil em relação a programas e projetos sociais.

A descontinuidade de programas e projetos no Brasil é um grande problema, tudo que se faz fica perdido e limitado a um tempo específico. Nossos jovens e adolescentes precisam de uma assistência maior, para que eles não se

<sup>33</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>34</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>35</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>36</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

percam em meio a esta sociedade doente, feita de injustiças, criminalidade e drogas (informação verbal)<sup>37</sup>.

Segundo Geertz (1989), o comportamento humano é o resultado da interação e interpretação da cultura que é passada através de ideias, valores, emoções, dentre outros produtos culturais. Assim, os programas servem como uma estrutura capaz de fomentar a transmissão desses valores e de fazer o elo desta interação do sujeito com o meio.

Destaca-se na fala dos sujeitos da pesquisa que os programas proporcionam um constante crescimento dos jovens, possibilitando novas aprendizagens e a humanização dos envolvidos.

Os programas proporcionam interação e participação dos alunos, humanizam e eliminam os estigmas de que policiais são ruins e violentos, desenvolvem a autonomia e capacidade dos alunos para decidirem, constroem elos de amizade, ensinam os alunos e professores a resolverem os conflitos escolares, familiares e sociais por meio do diálogo, humanizam a figura do policial transformando-o num cidadão que ensina o valor da liberdade (informação verbal)<sup>38</sup>.

Assim, destaca-se o caráter de humanização do indivíduo, o tornar mais humano, mais sociável, o civilizar-se que os programas proporcionam a todos os envolvidos no processo, inclusive os policiais instrutores e orientadores, fazendo deles cidadãos que valorizam a liberdade e disseminam aos jovens ensinamentos para que permaneçam afastados das drogas para que seja possível uma sociedade mais humanizada livre da violência e de comportamentos antissociais.

Observa-se na fala dos entrevistados da PMMG, a importância da manutenção dos programas, visto que um deles assevera que é “imprescindível a metodologia empregada em ambos os Programas, pois já demonstraram eficiência na prevenção criminal e na construção de um ideário de cidadania necessário à formação dos jovens” (informação verbal)<sup>39</sup>. Corroborada por outro entrevistado que afirma que os programas

fortalecem a ligação entre Policial e jovem e a consequência é a fidelidade no aprendizado adquirido durante o desenvolvimento dos programas e acredito que estes conhecimentos contribuam efetivamente para a construção da cidadania dos jovens, que o Estado e os Órgãos Públicos existem para ajudar nessa tarefa, e que tudo que já foi construído pelos programas, pela história de sucesso e conquistas alcançados nas escolas e na comunidade é de grande importância suas manutenções (informação verbal)<sup>40</sup>.

<sup>37</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>38</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>39</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>40</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Olivieri *et al.* (2006), destaca que o homem possui grande capacidade para modificar-se a si mesmo e o ambiente em que está inserido. Ou seja, estes programas possibilitam mudanças efetivas visíveis e mensuráveis no ambiente escolar e no jovem enquanto sujeito do processo e do meio.

Desta forma, percebe-se que a divulgação pelos programas PROERD e o JCC de informações corretas sobre cidadania, sobre os malefícios e sobre as consequências nefastas das drogas e da violência e a proximidade dos policiais com os jovens resultam em compromisso de amizade e empatia entre eles, fazendo o jovem pensar antes de agir. O Jovem, atuando como ator principal protagonista das mudanças e dos trabalhos se sente valorizado e importante na sociedade, elevando sua autoestima, seu senso de responsabilidade, disciplina e compromisso, aprende valores positivos essenciais para toda a vida, pois recebe informações importantes sobre cidadania, ética, honestidade e caráter, somados ao estímulo de práticas de hábitos saudáveis de vida, realizando assim, o Estado, uma de suas funções de caráter social.

Os sujeitos da pesquisa pertencentes aos quadros da PMMG afirmam que melhorou a imagem da PMMG junto à comunidade escolar e o público em geral, conforme expressa um deles ao dizer que “melhorou muito, a ponto de mudar o conceito da comunidade escolar e, por consequência, das comunidades em geral, em relação à PMMG” (informação verbal)<sup>41</sup>. Corroborada por outro sujeito da pesquisa que menciona que

com certeza, após a implantação dos programas, a PMMG passou a ser vista pela comunidade escolar, mais como uma parceira na luta contra as drogas e violência. Somos muito bem recebidos em quaisquer escolas da região e também pelas autoridades locais. Os pais dos alunos e ex-alunos sempre nos relatam sobre os benefícios dos programas na vida de seus filhos, e na maioria das vezes relatos emocionados e elogiosos à iniciativa da PMMG (informação verbal)<sup>42</sup>.

Destaca-se na fala de outro sujeito da pesquisa que os trabalhos realizados pelos programas elevam a imagem da PMMG e da escola.

Os trabalhos realizados e divulgados elevam a imagem não só da PMMG, mas da Escola. Temos excelente aceitação e somos alvo de inúmeros elogios. Nas reuniões com os pais dos alunos que participam dos programas, vê-se a satisfação que a família fica com relação à PMMG, pois os policiais ganham admiração pelas crianças e estas recebem conhecimento para lidar

<sup>41</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>42</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

com situações que envolvem comportamentos antissociais, drogas e/ou violência (informação verbal)<sup>43</sup>.

Assim, segundo Moscovici (2011, p. 40), “as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade”, constata-se que após a implementação dos programas PROERD e do JCC, que não só a comunidade escolar, mas as comunidades em geral passaram a ter uma visão diferenciada da PMMG, visto que notaram que a PMMG está comprometida com a segurança pública e do indivíduo, através da educação e da valorização dos jovens, principalmente no que diz respeito à prevenção e à proteção de comportamentos antissociais, à violência e às drogas.

Desta forma, a PMMG tornando-se parceira na formação da cidadania dos jovens, conseqüentemente se torna parceira das famílias e da sociedade, que por sua vez modifica a forma de perceber a imagem da PMMG que existe entre sociedade e polícia. A comunidade escolar abraçou os programas com satisfação e entusiasmo, pois constatam os resultados de dentro e fora de sala de aula, criando assim boa imagem da PMMG junto às instituições da área educacional e frente à sociedade como um todo.

Percebe-se que dentre os sujeitos da pesquisa da PMMG, instrutores e orientador dos programas, todos já intercederam na resolução de ocorrências, e que naquelas que envolveram questões criminais na escola, adotam-se as medidas preliminares e tais episódios são passados para os militares da viatura policial que se encarregam das demais providências. Ressalta um sujeito da pesquisa que ao

atuar repressivamente, concorreu para a não aceitação do programa por parte das pessoas-alvo dessas ações e que certa vez, entre uma situação e outra, confeccionei Auto de Infração de Trânsito para um pai de uma aluna e, apesar de minha insistente argumentação, ela ficou muito chateada e não participou do programa até o fim (Informação verbal)<sup>44</sup>.

Assim, esta interferência pode servir como um inibidor ou mesmo ser um obstáculo para que os programas sejam desenvolvidos sem que haja rejeição total ou parcial, visto que a atuação do policial frente aos programas diverge da atuação do policial que está no atendimento de uma ocorrência. Conforme Aberastury e Knobel (1981), o adolescente assume personagens diferentes frente às adversidades, o que pode influenciar na interação dele com o meio, e que o adolescente não aceita a imposição de valores e, quando isso ocorre, ele procura escapar, defendendo seus valores e desprezando aqueles que os adultos querem lhe impor.

<sup>43</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>44</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Desta forma, poderá haver casos em que seja preciso reprimir uma agressão injusta, real e iminente, seja ela verbal ou física, e tal atitude pode confundir o jovem, que vê nos policiais responsáveis pelos programas, pessoas que se valem do diálogo e do entendimento para a solução dos problemas, o que às vezes não é possível durante o desenrolar de uma ocorrência, devido à exaltação dos ânimos e à falta de entendimento dos envolvidos.

Ressaltam os sujeitos da pesquisa que “as escolas possuem autonomia administrativa e as situações de conflitos, impasses peculiares ao ambiente escolar, que não configuram crime, são tratados e resolvidos com as medidas administrativas legais da escola” (informação verbal)<sup>45</sup>. Ou seja, as escolas buscam solucionar seus episódios de conflito, quando não são crimes, de forma regimental e interna. A instituição resolve seus impasses através do registro em livro, de aconselhamento das partes envolvidas, de comunicação aos pais ou responsáveis e, somente se o fato evoluir, é que outros órgãos são acionados para auxiliar na resolução do impasse estabelecido. E esta medida influencia no processo de socialização, conforme se destaca em Coll, Palacios e Marchesi (1985), que o processo de socialização é uma interação entre a criança e seu meio, além de depender das características das pessoas envolvidas e de como os agentes sociais se comportam.

Um dos sujeitos da pesquisa afirma que “sempre que solicitado forneço apoio técnico, orientações e em alguns casos tomo as providências policiais pertinentes, e que este apoio sempre teve boa aceitação” (informação verbal)<sup>46</sup>. Ou seja, esta intervenção, quando realizada e feita dentro do contexto e das expectativas dos sujeitos envolvidos, dentro da cultura daquele ambiente, proporciona uma resolução pacífica de um episódio marcado por um comportamento antissocial.

Destaca-se que a atuação da PM dentro das escolas, atuando em ações preventivas contra a violência, contra comportamentos antissociais e de fomentação para a construção da cidadania, conforme a fala de um deles reflete na imagem da PMMG.

A PMMG está dando um grande salto para o futuro agindo nas questões sociais, pois melhora sua imagem junto à sociedade e ao mesmo tempo e, mais importante, ajuda as famílias a formarem jovens saudáveis e com isso, teremos no futuro uma redução nos índices criminais (informação verbal)<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>46</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>47</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Nota-se que essa afirmativa é corroborada por outro militar quando afirma que é de fundamental importância que a PM atue nas escolas com anteparos de caráter de proteção e prevenção a comportamentos antissociais e para a fomentação da construção da cidadania.

Na minha percepção, é de fundamental importância a participação da PM nas escolas, realizando todas essas ações. Isso aproxima a PMMG da comunidade, quebra paradigmas, constrói uma relação de amizade e confiança, divulga uma imagem positiva da instituição, gera sensação de segurança e se antecipa ao surgimento dos problemas sociais (informação verbal)<sup>48</sup>.

Assim, a participação da PM dentro do contexto da escola se reflete positivamente, pois além da segurança subjetiva proporcionada aos alunos, professores e comunidade local, o policial, instrutor e o orientador dos programas, atrai a atenção dos jovens, estimulando-os a terem uma maior participação nas atividades desenvolvidas, gerando empatia e maior conscientização dentro daquilo que está sendo proposto, que é a prevenção a comportamentos antissociais e de fomentação para a construção da cidadania.

Percebe-se na fala dos policiais militares instrutores e orientador dos programas, que os contatos com os jovens restringem-se às realizações das atividades, nas redes sociais e quando se encontram nas ruas ou nas escolas. E esse pouco contato não permite perceber, na sua totalidade, mudança de comportamento, mas que as mudanças acontecem e são relatadas através dos pais, os quais citam que os jovens passam a ter aversão ao cigarro e bebida alcoólica, melhora no comportamento em casa e na escola, se mostram com aversão à violência, às drogas e a comportamentos antissociais, além de admiração pela Polícia. Um dos entrevistados afirma que houve mudanças.

Os jovens passaram a ter mais espírito voluntário, educação, respeito, honestidade, caráter, abstinência das drogas em geral, empreendedorismo, criatividade, facilidade na solução de conflitos, comprometimento, disciplina, companheirismo, são adjetivos e valores notados nos jovens que realmente participaram do programa (informação verbal)<sup>49</sup>.

Assim, torna-se perceptível através dos relatos dos pais dos jovens aos policiais militares encarregados de aplicarem os programas PROERD e o JCC, que há mudança no seu comportamento, e que são perceptíveis para quem convive diariamente com esses jovens que passaram pelos programas.

---

<sup>48</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

<sup>49</sup> Informe repassado em entrevista ao pesquisador em dezembro de 2012.

Destaca-se que os policiais militares são preparados para passar as melhores informações para os jovens, pois eles precisam de informações, precisam saber que são importantes e que podem mudar o seu destino e o da sociedade, saber que seus ideais são possíveis de serem alcançados, mas que só irão conseguir se realizarem sábias escolhas. Jovens precisam de orientação e de se perceberem que são úteis para a sociedade.

Interpretando os dados da pesquisa de campo, constata-se que os programas PROERD e JCC, contribuíram para a construção da cidadania dos jovens nas escolas em que foram implementados entre os anos de 2010 e 2011 em Carangola/MG, pois foram através deles que houve redução dos comportamentos antissociais dentro do ambiente escolar, bem como melhoria nos relacionamentos interpessoais, mais respeito nas relações sociais, mais diálogo na solução de episódios de conflito. Também desenvolveu o protagonismo juvenil através de projetos sociais, ecológicos e culturais dentre outras ações descritas e confirmadas na seção 6 desta pesquisa.

## 8 CONCLUSÃO

Para a compreensão desta pesquisa, a importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nas escolas que participam dos programas, no município de Carangola/MG nos anos de 2010 e 2011, procurou-se, a princípio, rever os conceitos e conhecer os aspectos que influenciam na construção da cidadania e na socialização dentro do contexto do ambiente escolar.

Inicialmente, numa abordagem do cenário atual do Brasil, constatou-se o envolvimento cada vez maior de jovens com a violência, com drogas e com a criminalidade, sejam como vítimas ou como autores de episódios de conflitos com as leis, com a convivência harmoniosa e pacífica dentro da sociedade, além da precocidade e da exposição dos jovens às situações de risco e a fatores desagregadores de uma conduta moral e ética.

Verificou-se a banalização da violência por parte da sociedade brasileira, que se mostra desestruturada e debilitada em seus processos de socialização primária e secundária, reflexo de um modelo consumista, globalizada e imediatista, onde os ideais são múltiplos e contraditórios tornando os cidadãos divididos, angustiados e sem identificação com objetivos considerados socialmente adequados.

Observou-se também que as políticas de governo priorizam as de cunho econômico e que os poucos programas de caráter protetivo e preventivo que existem, não têm a continuidade necessária em seus desenvolvimentos. Desta forma, nota-se que as políticas econômicas de governo são embaladas pelo capitalismo com vistas ao crescimento, o que se reflete em mais desigualdades estruturais e mais segregação da sociedade, ocasionadas pela falta de políticas públicas de caráter preventivo e protetivo a comportamentos antissociais, à violência e às drogas, sendo que tais episódios crescem acima da média entre os jovens comparando-se com outras faixas etárias.

Neste contexto, a Escola, microinstituição social, local capaz de fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade através da interação, tornou-se um local propício para a absorção, multiplicação e difusão da construção da cidadania. Porém, também passou a funcionar como um desaguadouro de conflitos que tem como uma das causas primárias a desestrutura familiar.

Na seção 2, abordaram-se vários conceitos, concluindo-se que no processo de socialização e de construção da cidadania, há a influência e interferência de micro instituições sociais, destacando-se entre elas a família e a Escola. De forma que os conceitos apresentados por Aberastury e Knobel (1981), Bock, Furtado e Teixeira (2007), Coll, Palacios e Marchesi

(1985), Motta e Vasconcelos (2002), Santos (2001), aplicam-se à situação observada no quadro desta pesquisa em que a socialização e a construção da cidadania são processos de internalização e de externalização, de padrões, regras, valores e papéis sociais que influenciam e modificam a sociedade e os indivíduos que estão em constante transformação.

Quanto aos determinantes teóricos do embasamento bibliográfico selecionados para a pesquisa, em Ferreira, Lobosque e Pinto (2001), Gohn (1995) e Olivieiri *et al* (2006), assinala-se que o entendimento destes autores explica a capacidade do homem de modificar a si próprio e ao seu ambiente social, através da luta pela cidadania, regulando os direitos e deveres dos indivíduos, chamada de cidadania individual e de cidadania de grupo, nominada cidadania coletiva. Asseveram ainda tais autores que as conquistas da cidadania moderna é fundada na noção e no respeito à diferença civil e política.

Outro determinante teórico refere-se à influência da família no processo de socialização e na construção da cidadania. Neste sentido, Cury (2003), Farrington (2002), Giddens (1991), Motta e Vasconcelos (2002), Santos (2001) e Tiba (2005), afirmam que se a família, local de socialização primária, mostra-se desestruturada, onde o indivíduo passa a conviver e a presenciar desajustes e conflitos, onde há falta de acompanhamento dos filhos por parte dos pais ou responsáveis, falta de amor e de afeto, falta de diálogo e compreensão, onde há o excesso de modernidade, o excesso e a severidade de punições, tais comportamentos e consequências tendem a se repetirem e serem absorvidos pela família e pela sociedade, produzindo o declínio dessa microinstituição social, a família e, em consequência da sociedade, levadas a efeito também pelo excesso da modernidade.

Tais autores oferecem uma visão recente desta situação e afirmam que essa desestrutura nas relações familiares tendem a prejudicar o processo de socialização, pois a criança reproduz o comportamento por imitação, e que o prazo é curto para a interferência necessária, a fim de que a construção da cidadania ocorra, pois é na família que o indivíduo busca sua identidade social e a sua interação com o meio, e que a empatia e o respeito nas relações, bem como o diálogo, mostram-se como auxiliares para fazer do núcleo familiar um local que realmente desenvolva uma socialização em caráter primário do indivíduo.

A influência da Escola no processo de socialização e de construção da cidadania é outro importante determinante. Nesta ótica, Augé (1994), Bock, Furtado e Teixeira (2007), Coll, Palacios e Marchesi (1985), Geertz (1989) e Motta e Vasconcelos (2002), afirmam que a Escola, local de socialização secundária, recebe pessoas das mais diversificadas socializações primárias, além de ser na Escola que o indivíduo convive com outros indivíduos que não os da socialização primária, os quais apresentam diferentes papéis e maneiras de

comportamentos frente às mais variadas situações, sendo que esses comportamentos influenciam o outro na identidade e na transferência da cultura, dentre eles destacando-se os valores, crenças e atitudes.

Esses autores, numa abordagem contemporânea, asseveram que a identidade e a cultura não são elementos preexistentes, mas que construções, desconstruções e reconstruções dinâmicas e contínuas, dependem de atos e de reconhecimento social por parte do grupo de referência, pois toda sociedade possui sistemas hierarquizados e organizados de menor ou maior complexidade.

E neste contexto, afirmam os autores citados, que a Escola possibilita ao indivíduo adquirir destrezas que influenciam no processo de socialização e individualização, capacitando o desenvolvimento das relações afetivas e das habilidades para a convivência em sociedade, além de propiciar o desenvolvimento do autoconceito que é construído na interação social, ou seja, na troca com outros indivíduos.

Destaca-se ainda nesses autores que Família e Escola são micro instituições sociais de maior repercussão para a criança, logo primordial para o desenvolvimento cognitivo e social que refletirá em toda sua vida, além da função da Escola ser a de preparar o indivíduo para a vida, para viver no mundo adulto, constituindo-se uma das mais importantes instituições sociais por fazer a mediação entre o indivíduo e a sociedade.

As relações sociais e interpessoais entre os atores que compõem o ambiente escolar, destacando-se neste contexto a PMMG em parceria com a comunidade e a Escola, interferem neste processo de construção da cidadania dos jovens, promovendo o empoderamento e a sensação de pertencimento deles na fomentação de valores morais e éticos, capazes de modificarem e interferirem no processo de construção da cidadania.

Na seção 3, abordaram-se conceitos sobre a compreensão de Representação Social e os Fenômenos dessa representação nas interações sociais, que se aplicam à situação observada na presente pesquisa. Dessa forma os conceitos apresentados por Jodelet (2005), Mazzotti (2008), Moscovici (2011) e Sá (1998), se complementam. Asseveram os autores que as representações sociais, constituídas de valores, ideias e práticas, possibilitam ao indivíduo ter sua orientação no mundo social e material, além de permitir a comunicação entre os membros de uma comunidade, permitindo ao indivíduo nomear e classificar os aspectos individuais e sociais, além de criar a identidade do grupo e um sentimento de pertencimento dos indivíduos a esse grupo, dentro do contexto observado. Ou seja, em qual cultura, linguagem, comunicação e sociedade se estão verificando o fenômeno observado e se ele tem

relevância social e um significado às práticas sociais, culturais e com a comunicação de massa.

A contribuição desses autores foi pertinente no sentido da percepção de que as Representações Sociais, presentes no dia-a-dia, através das comunicações e das relações dos indivíduos com outros indivíduos e com o meio que está inserido, reúnem grande variedade de raciocínio, imagens e informações das mais variadas origens formando um conjunto coerente ou não, sustentadas pelas influências do contexto social no qual o indivíduo encontra-se inserido. Pois as representações sociais são sustentadas pelas influências sociais da comunicação e ligam um indivíduo ao outro, tornando familiar algo ainda não familiar, visto que os fenômenos de representação social encontram-se na cultura, nas instituições, nos pensamentos individuais e nas práticas interpessoais e sociais.

Na seção 4, conceitos foram abordados e concluiu-se que a Análise de Conteúdo, trata-se de uma metodologia de pesquisa dentro do campo das investigações sociais e que a Interpretação das Culturas possibilita o entendimento de como o indivíduo interage mais efetivamente com o seu meio social. Desta forma, os conceitos apresentados por Bardin (2011) e Geertz (1989), aplicam-se à situação observada na presente pesquisa, onde a Análise de Conteúdo nas investigações sociais, utilizando-se da teoria e da prática para obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de forma qualitativa e individualizada, fornecem suporte para auxiliar nas reinterpretações das mensagens e suas compreensões, de forma a possibilitar a comparação dos discursos uns com os outros e que o tratamento dos resultados obtidos fornecem vários significados fiéis as mensagens repassadas através da comunicação, o que possibilita propor interferências, adiantar interpretações e realizar percepções através das mensagens obtidas nas entrevistas que possuem vários significados reproduzidos na comunicação com os sujeitos da pesquisa.

Nesta visão contemporânea, explica-se que a cultura cria vínculos entre os indivíduos, a partir do momento que se partilha, influencia e interage com o meio social. Não se trata de um poder, mas de interpretações dentro do contexto, pois possibilita ao indivíduo desenvolver habilidades que determinam a maneira como ele interage com a sociedade dando sentido aos acontecimentos. Assim, a contribuição destes autores foi pertinente no sentido da percepção de que a Análise de Conteúdo possibilita descrever de forma qualitativa e individual as investigações sociais dentro de um contexto e que a Interpretação das Culturas possibilita propor interferência e uma interação através dos significados reproduzidos na comunicação e na transmissão de valores criando elo entre os indivíduos.

Desta forma, os fatores internos e externos ao ambiente escolar, explorados no embasamento teórico desta pesquisa, explicam que os comportamentos antissociais, a violência, as drogas contribuem para o prejuízo da construção da cidadania dos jovens que se encontram num contexto onde esses episódios de conflitos existam. E, que os programas PROERD e o JCC, proporcionados à comunidade escolar, funcionam como anteparos sociais capazes de interferirem nos processos de violência, a fim de que contribua com a construção da cidadania.

A construção da cidadania foi destacada na obra de Santos (2001), como uma construção que envolve diferentes instituições, diferentes grupos sociais e diferentes histórias sociais, por isso não sendo monolítica. E conforme asseveram Ferreira, Lobosque e Pinto (2001) e Gohn (1995), a construção da cidadania abrange e regula os direitos e deveres, civis e políticos dos indivíduos, nominada de cidadania individual, tendo o Estado como ente regulador, e a cidadania coletiva, aquela de grupos dentro de uma sociedade com vistas a privilegiar a dimensão sociocultural, reivindicar seus direitos, seus espaços sociopolíticos sem homogeneizar e perder sua identidade cultural.

A seção 5, caracterização do objeto de estudo, os Programa de Resistência às Drogas e os Jovens Construindo a Cidadania, foram colocados como anteparos de caráter preventivo e protetivo a comportamentos antissociais, à violência e às drogas no ambiente escolar, bem como de fomentador do protagonismo juvenil e de estratégia de Polícia Comunitária, onde Escola, família e PMMG, em conjunto, buscam soluções para os episódios de conflito com a comunidade escolar, com a sociedade e com as leis, de maneira que a construção da cidadania dos jovens ocupe este espaço.

Na seção 6, metodologia da pesquisa, apresentou-se os critérios metodológicos, os procedimentos e técnicas adotadas para realização deste estudo científico, a fim de se investigar se os programas PROERD e JCC, tem efetivamente contribuído para a construção da cidadania de jovens nas escolas em que estão implementados no perímetro urbano do município de Carangola/MG. E, essa imersão no ambiente escolar permitiu um levantamento contextualizado das representações sociais dos sujeitos envolvidos na pesquisa de acordo com suas representações pessoais e coletivas. Pois as entrevistas foram realizadas de forma censitária, junto aos diretores das seis escolas onde os programas foram implementados, relativos aos anos de 2010 e 2011, no perímetro urbano de Carangola/MG, e também junto aos dois policiais militares instrutores do PROERD, ao policial militar orientador do JCC e ao comandante da 75ª Cia Esp PM.

Assim, a seção 7, a análise e interpretação dos dados da pesquisa, assinala que o PROERD e o JCC de Carangola nos anos de 2010 e 2011 contribuíram efetivamente para a construção da cidadania dos jovens que se encontravam regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino onde os programas foram implementados. Nesta seção comprovou-se a pergunta norteadora desta pesquisa, que foi no sentido de investigar se os programas PROERD e o JCC têm contribuído para a construção da cidadania de jovens nas escolas em que foram implementados no perímetro urbano de município de Carangola/MG. Conclui-se dessa análise que os programas PROERD e JCC permitem aos jovens que estão inseridos no ambiente escolar desenvolverem a empatia, o diálogo, a inter-relação positiva, valores morais e éticos, além do protagonismo juvenil, contribuindo para a construção da cidadania.

Em relação aos objetivos desta pesquisa chegou-se ao resultado positivo de comprovação, visto constatar-se que, após a implementação dos programas, houve a efetivação da prevenção e a redução de comportamentos antissociais, bem como se investigou junto aos Diretores das Escolas onde os programas foram implementados, aos Instrutores do PROERD, ao Orientador do JCC e ao Comandante da 75ª Cia Esp PM, a validade das implementações dos programas e da sua manutenção nas escolas de Carangola/MG.

É importante ressaltar que através das representações sociais dos sujeitos da pesquisa e da análise de conteúdo do material coletado nas entrevistas deste estudo, os programas funcionam como formadores de opinião e se mostram verdadeiros anteparos sociais de proteção e prevenção a comportamentos antissociais, à violência e às drogas e contribuem para a construção da cidadania dos jovens, por atuarem num local de socialização secundária, a Escola, ambiente propício para fazer a mediação do indivíduo e a sociedade, pois a família, lugar de socialização primária, mostra-se desestruturada na sociedade moderna.

É frequente observar que programas de natureza social, sofrem descontinuidade na sua aplicação. Desta forma também é importante a manutenção de políticas que contemple programas de cunho preventivo e protetivo, como PROERD e JCC, e que haja a continuidade desses programas, pois a construção da cidadania é progressiva e gradual, e qualquer interrupção neste processo interfere nesta construção, visto que as metodologias empregadas pelos programas demonstram eficiência na prevenção e num ideário de cidadania necessário a formação dos jovens que possui grande capacidade para modificar a si mesmo e ao ambiente que está inserido.

Conclui-se, finalmente, que os programas PROERD e o JCC contribuem para a construção da cidadania. Desta forma, a pergunta orientadora da pesquisa elaborada para este

estudo foi respondida positivamente e os objetivos propostos foram alcançados na sua totalidade. No entanto, a questão da construção da cidadania no ambiente escolar, por não ser monolítica, envolve questões que exigem mais comprometimento, não só de micro instituições sociais, mas também de políticas públicas voltadas para este fim. Em caráter de continuidade, poderá ser mais bem compreendida se outros estudos longitudinais forem realizados para completarem a visão buscada neste trabalho que foi limitado no tempo e no espaço, constituindo-se numa pesquisa transversal.

Uma pesquisa longitudinal viabilizará o acompanhamento e a mensuração dos programas, quantificando e qualificando em diferentes contextos e ao longo do tempo a interferência dos programas na formação do jovem, podendo ao final demonstrar deles quantos após passarem pelos programas se delinquiram, mostraram comportamentos antissociais ou mesmo que se regeneraram ou apresentaram melhoras após receberem suas influências e se tornaram protagonistas de sua cidadania, pois o presente estudo, de caráter exploratório é uma forma de contribuição diante dos impasses presentes na atual sociedade brasileira e que as soluções propostas apontam para uma necessidade de outros estudos que possam corroborar os resultados obtidos.

Os principais achados e conclusões desta pesquisa permitem sugerir:

- a) que se mantenham os programas PROERD e JCC no ambiente escolar;
- b) que o JCC seja institucionalizado com edição de diretriz reguladora e normativa, descrevendo a sua dinâmica e metodologia no nível estadual;
- c) que verificasse a necessidade de criação de mecanismos de incentivo à participação da família no processo de formação da cidadania dos jovens.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal**. Um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1981.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1992. Título original: *Non-lieux – Introduction à une anthropologie de La surmodernité*.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Título original: *L'Analyse de Contenu*.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Título original: *Liquid Modernity*.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**. Uma Introdução Estudo de Psicologia. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. Atualizada até EC 45. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 2009.

CARANGOLA, Prefeitura. **Dicionário escolar com a História do Município**. Carangola: Acervo Cultural. 2000.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Psicologia Evolutiva. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1985.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**: a educação de nossos sonhos: formando jovens felizes e inteligentes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FARRINGTON, David P.. Fatores de risco para a violência juvenil. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 25-51. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001287/128720por.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

FERREIRA, Wagner W; LOBOSQUE, Ana Marta; PINTO, João Batista Moreira. Violência e Cidadania. In: Seminário Construção da cidadania: uma saída para a violência, 2001. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: NAVCV, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Filker. São Paulo: UNESP, 1991. Original inglês.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. A Construção da Cidadania dos Brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Título original: *Folies etre présentations sociales*.

JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, Manual do. Uberlândia: JCC - Brasil, 2008.

LEVY, André *et al.*; MACHADO, Marília Novais da Mata *et al.* (org.). **Psicossociologia: Análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. Revista Múltiplas Leituras, v.1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/912/818>. Acesso em: 19 jan. 2013.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para produção de Segurança Pública n. 3.01.01/2010 – CG – DGEOp**: Regula o Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para Produção de Segurança Pública n. 3.01.04/2010– CG**: Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para produção de serviços de Segurança Pública n. 3.01.06/2011 – CG**: Regula a aplicação da Filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Instrução 3.03.08/2012 (mimeo)** – Estabelece e regula os procedimentos para o desenvolvimento do programa “Jovens Construindo a Cidadania” pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Editado em inglês por Gerard Duveen; tradução do inglês Pedrinho A. Guareschi. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. Original inglês.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVIERI, Cristiane *et al.*; **Gestão da Comunicação: Terceiro Setor, Organizações Não Governamentais, Responsabilidade Social e Novas Formas de Cidadania**. COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). São Paulo: Atlas, 2006.

SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Aumento da criminalidade e as deficiências das políticas de defesa da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, n. 56. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TIBA, Içami. **Adolescentes: quem ama, educa**. São Paulo: Integrare, 2005.

TIBA, Içami. **Educar para formar vencedores: a nova família brasileira**. São Paulo: Integrare, 2010.

TROJANOWICZ, Robert & BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Tradução Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

## APÊNDICE “A”

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TÍTULO DA PESQUISA:** “A IMPORTÂNCIA DE MANTER O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E OS JOVENS CONSTRUINDO A CIDADANIA, NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DE JOVENS NAS ESCOLAS QUE PARTICIPAM DOS PROGRAMAS, NO MUNICÍPIO DE CARANGOLA/MG”.

Eu, \_\_\_\_\_, dou meu Consentimento Livre e Esclarecido para participar como voluntário da pesquisa supracitada, sob a responsabilidade do pesquisador Denio Sebastião Martins de Carvalho, Capitão da PMMG, acadêmico do Curso de Especialização em Segurança Pública da PMMG e orientado pelo Professor Doutor Vidigal de Andrade Vieira.

Assinando este termo de Consentimento, estou ciente de que:

- Esta pesquisa tem como justificativa propiciar um estudo exploratório acerca da importância da inserção da PMMG, com anteparos de Policiamento Comunitário e de prevenção criminal, neste caso os programas PROERD e JCC, em um ambiente de socialização secundária, a escola, local esse propício para a difusão, multiplicação e absorção de valores e princípios que norteiam a vida de uma sociedade harmônica e em constante evolução, proporcionando a construção da cidadania e seu desenvolvimento.

- O objetivo do estudo é verificar a importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nos estabelecimentos de ensino que participaram dos programas localizados no perímetro urbano de Carangola/MG.

- Durante o estudo serão aplicadas entrevistas semiestruturadas e individuais.

- Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na referida pesquisa.

- Estou livre para interromper, a qualquer momento, minha participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação.

- Meus dados pessoais e outras informações que possam me identificar serão mantidos em sigilo.

- Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação em congresso ou em revista científica especializada.

- Poderei contatar o pesquisador responsável pela pesquisa através do telefone (32)9955-1795, ou pelo e-mail: deniosmc@hotmail.com.

Carangola, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012

---

## **APÊNDICE “B”**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS DIRETORES DAS ESCOLAS**

#### **1 PERFIL DA ESCOLA COM RELAÇÃO AOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: IDENTIFICÁ-LOS E DESCREVÊ-LOS**

1.1 Em sua escola acontecem episódios de violência e outros comportamentos antissociais?

1.2 De acordo com sua percepção quais ocorrem com mais frequência?

#### **2 MEDIDAS ADOTADAS PELA ESCOLA FRENTE AOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: VERIFICAR COMO A ESCOLA LIDA COM ESSES EPISÓDIOS**

2.1 Sua escola possui algum protocolo ou livro próprio para registrar os episódios de violência e comportamentos antissociais?

2.2 Como esses episódios são resolvidos?

2.3 Qual o critério utilizado para que a Polícia seja acionada para intervenção?

#### **3 PERSPECTIVA DO PROFISSIONAL: CONHECER A VISÃO DO DIRETOR DA ESCOLA SOBRE A ORIGEM DOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS**

3.1. Em sua opinião o que você considera como sendo as causas primárias dos episódios de violência e comportamentos antissociais dentro de sua escola?

#### **4 PERFIL DA ESCOLA: CONHECER COMO A ESCOLA LIDA COM OS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS**

4.1. Como a escola vem atuando para prevenir e/ou enfrentar esses episódios?

#### **5 ABORDAGEM DOS TEMAS: VERIFICAR O NÍVEL DE ABORDAGEM PROPOSTO PELOS PROGRAMAS**

5.1 Após a implementação do PROERD e do JCC no ambiente de sua escola, constatou-se alguma mudança na rotina escolar?

5.2 Houve redução da violência e de comportamentos antissociais?

## **6 APLICAÇÃO DE PROGRAMAS: VERIFICAR A APLICAÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS NA ESCOLA**

6.1 Houve em sua escola, nos anos de 2010 e 2011, a implementação de algum outro projeto ou programa, no sentido de fomentar a cidadania nos jovens e prevenir a violência e os comportamentos antissociais?

6.2 Quais?

## **7 ALCANCE DOS PROGRAMAS: VERIFICAR O NÍVEL DE ALCANCE DOS PROGRAMAS NAS ESCOLAS**

7.1 Através dos programas PROERD e JCC, em 2010 e 2011, foi possível realizar atividades culturais e sociais na escola, de forma a fomentar a cidadania e o protagonismo juvenil?

7.2 Qual foi a repercussão?

7.3 Houve a participação dos docentes?

## **8. PERSPECTIVA DO PROFISSIONAL: CONHECER A VISÃO QUE O DIRETOR DA ESCOLA TEM SOBRE OS PROGRAMAS E SUAS APLICAÇÕES DENTRO DA ESCOLA**

8.1 Na sua percepção, qual a importância de se manter o PROERD e JCC na construção da cidadania de jovens que se encontram regularmente matriculados na sua escola?

## **9 ACRÉSCIMOS. ASPECTOS COMPLEMENTARES SOBRE OS PROGRAMAS: VERIFICAR OUTRAS ABORDAGENS**

9.1 Outras considerações que julgar relevantes relacionadas ao tema: “A importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nas escolas que participam dos programas no município de Carangola/MG”

**APÊNDICE “C”****ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS POLICIAIS INSTRUTORES DO PROERD E AO ORIENTADOR DO JCC****1 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO AOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: IDENTIFICÁ-LOS E DESCREVÊ-LOS**

1.1 Qual a sua percepção sobre a situação de violência e de comportamentos antissociais nas escolas na cidade de Carangola?

**2 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO A SUAS PARTICIPAÇÕES EM OUTROS PROGRAMAS: VERIFICAR SE HÁ OUTROS PROGRAMAS DE QUE PARTICIPAM**

2.1 Qual a sua participação em algum outro programa/projeto de caráter de prevenção à violência e a comportamentos antissociais e de fomentação da construção da cidadania anterior ao PROERD e JCC dentro ou fora do ambiente escolar?

2.2 Qual a sua percepção sobre esses programas?

**3 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROGRAMAS: VERIFICAR METODOLOGIA EMPREGADA**

3.1 Como se realiza a prática pedagógica e o ensino dos fundamentos do PROERD e JCC nas escolas?

**4 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO ÀS SUAS PARTICIPAÇÕES JUNTO AOS JOVENS: VERIFICAR A ATUAÇÃO**

4.1 Como se efetiva a sua atuação enquanto sustentador/monitor dos programas junto aos jovens e ao corpo docente, diante da ocorrência de comportamento antissociais no ambiente escolar?

## **5 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO ÀS SUAS PARTICIPAÇÕES EM OUTROS PROGRAMAS: VERIFICAR A IMAGEM DA PMMG**

5.1 Após a implementação dos programas PROERD e JCC, qual a sua observação sobre a imagem da PMMG junto à comunidade escolar e ao público em geral?

## **6 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO ÀS SUAS PARTICIPAÇÕES NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: VERIFICAR A ATUAÇÃO E ACEITAÇÃO**

6.1 Qual a sua atuação na resolução de ocorrência na escola?

6.2 Qual foi a sua aceitação como instrutor/orientador dos programas?

6.3 Após sua interferência houve mudança de aceitação por parte dos alunos, dos pais, da comunidade e do corpo docente?

## **7 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DA PMMG NO AMBIENTE ESCOLAR COM ANTEPAROS DE PREVENÇÕES**

7.1 Qual a sua percepção sobre a participação da Polícia Militar, dentro da escola, atuando em ações preventivas contra a violência e comportamentos antissociais e de fomentação para a construção da cidadania?

## **8 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR EM RELAÇÃO À CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA**

8.1 Na sua percepção, como os programas PROERD e JCC podem contribuir para a construção da cidadania dos jovens dentro do ambiente escolar?

## **9 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR QUANTO AOS SEUS CONTATOS COM OS JOVENS**

9.1 É mantida alguma forma de contato com os jovens que participaram dos programas, fora da escola?

9.2 É perceptível alguma mudança no comportamento dos jovens que passaram pelos programas?

9.3 Poderia descrevê-los?

## **10 PERCEPÇÃO DOS INSTRUTORES E DO ORIENTADOR QUANTO A IMPORTÂNCIA DE MANTER OS PROGRAMAS**

10.1 Na sua percepção qual a importância de se manter o PROERD e JCC na construção da cidadania de jovens que se encontram regularmente matriculados nas escolas no perímetro urbano no município de Carangola/MG.

## **11 ACRÉSCIMOS. ASPECTOS COMPLEMENTARES SOBRE OS PROGRAMAS: VERIFICAR OUTRAS ABORDAGENS**

11.1 Outras considerações que julgar relevantes relacionadas ao tema: “A importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nas escolas que participam dos programas no município de Carangola/MG”.

## **APÊNDICE “D”**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA AO COMANDANTE DA 75ª Cia ESP PM**

#### **1 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO AOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: IDENTIFICÁ-LOS E DESCREVÊ-LOS**

1.1 Como pode ser definida a situação de violência e de comportamentos antissociais nas escolas na cidade de Carangola/MG?

1.2 E na cidade, em especial nos bairros que as escolas estão inseridas?

#### **2 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO ÀS CAUSAS DOS COMPORTAMENTOS ANTISSOCIAIS: IDENTIFICÁ-LOS E DESCREVÊ-LOS**

2.1 Quais aspectos são percebidos como causas à violência e comportamentos antissociais nas escolas no município de Carangola/MG?

#### **3 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO A SOLICITAÇÃO DE POLICIAMENTO NAS ESCOLAS: DESCREVÊ-LOS**

3.1 Existe demanda por parte das escolas no sentido de que haja Policial Militar disponível para elas durante o seu período de funcionamento?

3.2 Em quais ocasiões? E elas são atendidas?

#### **4 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

4.1 Quais os impactos na segurança pública na comunidade escolar e na sociedade de Carangola/MG, após a implementação do programas PROERD e JCC?

#### **5 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO À MELHOR FORMA DA PMMG INTERVIR NO AMBIENTE ESCOLAR**

5.1 Na sua percepção, qual a melhor forma de intervenção por parte da PMMG em ambiente escolar visando à prevenção da violência e de comportamentos antissociais?

## **6 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE EM RELAÇÃO A IMAGEM DA PMMG APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS**

6.1 Após a implementação dos programas PROERD e JCC, qual a sua observação sobre a imagem da PMMG junto à comunidade escolar e ao público em geral?

## **7 PERCEPÇÃO DO COMANDANTE COM RELAÇÃO A MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS**

7.1 Na sua percepção, qual a importância de se manter o PROERD e JCC na construção da cidadania de jovens que se encontram regularmente matriculados nas escolas no perímetro urbano no município de Carangola/MG.

## **8 ACRÉSCIMOS. ASPECTOS COMPLEMENTARES SOBRE OS PROGRAMAS: VERIFICAR OUTRAS ABORDAGENS**

8.1 Outras considerações que julgar relevantes relacionadas ao tema: “A importância de manter o PROERD e o JCC na construção da cidadania de jovens nas escolas que participam dos programas no município de Carangola”